

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE
REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS -

----- **ATA NÚMERO QUATRO** -----

----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano, Joaquim Miguel Calado Cortes de Meirelles, Fernando Jorge da Costa Rua e Noélia do Carmo Sezões Gafanha. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Gustavo Monteiro Ambrósio Formiga de Gouveia, Paula Cristina Ribeiro Félix Borges, Maria da Graça Brandão Rosária e Luís Pedro Melo de Carvalho. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Carlos Roque do Rosário Rêgo e Ricardo Filipe Moreira Antunes Tamagnini Bandeirinha. -----

----- **Da Iniciativa Liberal – (IL)** – Maria João de Vasconcelos Machado da Fonseca e Maria João Gonçalves. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Ricardo de Carvalho Varela e Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira. -----

----- **Do Partido Livre (Livre)** - Francisco Azevedo Mendes Pereira da Costa. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Laura Maria Rodrigues Lopes Buddie. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – Amândio Albertino Ferreira de Pinho Figueiredo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Ricardo Bandeirinha. -----

----- Maria Tereza Tavares de Almeida Moreira da Cruz Borges de Assunção, que justificou a sua ausência e foi substituída por Noélia Gafanha. -----

----- Bernardo Lebre Caboz Gonçalves, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria da Graça Rosária. -----

----- Filipe Manuel Espinha Soares da Silva, que justificou a sua ausência e foi substituído por Luís de Carvalho. -----

----- Às vinte e uma horas e cinco minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião**. Verificando existirem Fregueses inscritos para falarem, deu início ao -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Freguês Luis Pereira. -----

----- **Freguês Luís Pereira** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite. Uma curta intervenção, neste caso tem a ver com duas questões de vida pública que eu já alertei uma delas para a Câmara e para a Junta, a outra só para a Junta, tem a ver com a iluminação pública. Eu moro numa rua que tem quatro candeeiros, aquilo deve ter sido alguma experiência que a Câmara fez, que estão ali e cada um deles tem 30 ou 35 lâmpadas de LED, sendo que a maior parte delas estão fundidas, num deles está quase totalmente e nos outros faltam algumas. -----

----- Para além da falta de iluminação, produzem um alarme sonoro que deve ter a ver com a avaria que tem e isto há três meses. Já apresentei várias vezes à Câmara, já fui à



Junta apresentar, mas venho aqui agora na esperança do Senhor Presidente ou alguém com o poder de fazer o devido reparo da questão. -----

----- Outra coisa, tem a ver com as torneiras de água nas hortas, eu tenho uma horta agora e há uma delas, uma das torneiras que me serve neste caso que está desde que eu lá estou, por isso há um ano, a deitar água constantemente, por isso não fecha devidamente. A par disso, soube que essa torneira já está assim há três anos e que há mais duas nessa situação. Por isso, como estamos sempre a cuidar do ambiente, era bom que alguém tivesse isso em conta. -----

----- A outra questão tem a ver com o espaço público e a ocupação, que me traz repetidamente aqui e eu em junho estive aqui a apresentar um caso e venho cá continuar porque assistimos à continuidade de licenciamentos de espaços com cadeiras que não são esplanadas, mas pronto. O que acontece é que junto por exemplo à Praça de Alvalade, havia um senhor que engraxava sapatos, foi-se embora, correram com ele, o quiosque também mal se vê e as esplanadas ocupam muito mais do que aquilo que é legal. Por isso, eu sei que há a prerrogativa da Junta de passar por cima da Lei, mas esta questão é que os passeios são supostamente seis metros e só podem ser ocupados até metade e neste caso são quatro ou cinco metros de ocupação, cadeiras, vasos, tudo e mais alguma coisa. -----

----- Não sei onde é que vamos chegar, mas estamos a ir por um caminho prejudicial para a economia, porque há pessoas neste momento que estão a apresentar propostas para alugar pequenas casas com 10, 20 metros quadrados, pelo dobro do preço dos anteriores, pelo preço do comércio do bairro, e que depois pagam dois ou três mil euros de renda, os anteriores pagavam mil, sabendo que depois têm 20 metros lá dentro e depois ocupam 50 metros cá fora a pagar 100 euros ao ano. Isto vai complicar com a economia do bairro e com a vida do bairro. -----

----- Por fim, neste tema, eu nessa altura fiz uma abordagem, o Senhor Presidente afirmou que eu tinha feito queixas, várias queixas para a ASAE, por exemplo. Eu por questões de ética profissional e que posteriormente em privado posso explicar, nunca fiz nenhuma queixa para a ASAE, por isso gostava que o Senhor Presidente se retratasse, não sei onde é que obteve a informação, mas é falso, é mentira. Quem diz mentiras, pontualmente é mentiroso. -----

----- Obrigado. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu ao Freguês a intervenção e deu de seguida a palavra ao Freguês Aquino de Noronha, fazendo notar que é um Cidadão de Honra da Freguesia, agraciado com a Medalha de Ouro da Freguesia e antigo Membro desta Assembleia. -----

----- **Freguês Aquino de Noronha** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou falar de um assunto que eu já levantei noutros locais, nomeadamente na última Assembleia Municipal aberta, referente à Freguesia de Alvalade. É a questão dos passeios da Avenida da Igreja. -----

----- O troço da Avenida da Igreja que vai desde o Santo António até à Avenida do Rio de Janeiro é considerada por todos como a parte nobre da nossa Freguesia. Os passeios estão num estado lamentável. Eu conheço duas pessoas que tiveram quedas, uma com fratura, eu próprio já ia torcendo o pé. Não faz sentido que aquele passeio não tenha uma intervenção cuidada e sugiro, como já sugeri aqui nesta Assembleia, que pelo menos uma parte dos passeios dos dois lados tenham um pavimento mais amigo dos pés. Mantendo a calçada portuguesa de um lado e do outro, no centro, como acontece na Avenida da República, como acontece na Praça de Londres. -----

----- A Câmara e a Junta, às vezes não sei de quem é a responsabilidade, mas creio que neste caso é da Junta, são moralmente responsáveis pelos acidentes dos fregueses e dos visitantes da Freguesia de Alvalade. -----

----- A outra questão também tem a ver com os peões. A intenção de pôr o estacionamento em linha também nesse troço foi uma boa intenção, arranjou mais lugares de estacionamento, só que em prejuízo da segurança dos peões. Só depois de entrarmos na passadeira, a cerca de três a cinco metros depois de estarmos na passadeira, é que conseguimos ver o tráfego que desce da Avenida da Igreja. Portanto, não sei se é boa ideia manter o estacionamento em linha nesse troço. -----

----- Obrigado. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu ao Freguês Aquino de Noronha a sua intervenção e deu de seguida a palavra ao Freguês Luis Gouveia.-----

----- **Freguês Luís Gouveia** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa noite a todos, os votos de uma boa Assembleia e um bom trabalho. -----

----- Eu queria falar sobre a alteração de percurso do autocarro 46B, mais conhecido pela carreira de bairro, porque eu era beneficiário desse autocarro, porque moro na Avenida da Igreja, do lado de baixo de Santo António, utilizava-o normalmente quando vinha do centro de saúde para casa, porque a inversa já não era verdadeira nem era interessante a alternativa, demorava mais tempo à espera do autocarro e no trajeto do que na consulta propriamente dita. -----

----- Quero dizer que em dois dias da semana passada e desta tive a oportunidade de ver quais os benefícios do novo trajeto, vi passar vários autocarros, chequei em vários pontos e o que acontece é que em três autocarros que eu vi passar na mesma manhã na Avenida do Brasil, no sentido do Jardim do Campo Grande, os três levaram em conjunto um passageiro. Tenho a certeza que quando o autocarro passava pelo Bairro das Caixas levava alguns passageiros para o Bairro das Caixas, não varia muito mais porque o autocarro continua a passear-se ele próprio, embora já se passeasse ele próprio também. -----

----- O problema é que eu tenho uma idade avançada, tenho consultas periódicas no centro de saúde de seis em seis meses, porque tenho diabetes, tenho que ir controlar e agora ir de minha casa para baixo, a seguir ao Centro Comercial de Alvalade até ao centro de saúde, que ainda fiz isso a semana passada, demora-me um quarto de hora a pé, que eu ainda me vou mexendo. De outra maneira, não há alternativa, só de táxi ou de transporte privado, coisa que eu já não tenho, porque passo muito bem sem ele. -----

----- Portanto, eu acho que esta alteração ao trajeto não beneficiou em nada, trata-se agora de uma carreira concorrente com muitas outras na maior parte do seu circuito, que esqueceu completamente o Bairro das Caixas. Eu já não falo do Bairro de São Miguel, mas não vejo, sinceramente, vantagens nesta alteração e há muita gente a morar no Bairro das Caixas e há muitos idosos.-----

----- Era isto. Muito obrigado e bom trabalho mais uma vez. Boa noite. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu ao Freguês a sua intervenção e deu de seguida a palavra ao Freguês José Diogo. -----

----- **Freguês José Diogo** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa noite. Eu moro na Avenida do Brasil, mas um amigo meu que não pôde vir hoje pediu-me para expor uma situação que acontece junto à Avenida dos Estados Unidos da América. Nas traseiras da Estados Unidos da América, do lado norte, nas vias paralelas e próximo do Inatel, é recorrente ao fim do dia o estacionamento das pessoas que vão fazer desporto ao Inatel em zonas residenciais, de modo que quase toda a gente ali sente imensa dificuldade em circular e em estacionar. Portanto, não sei se a Junta já conhece este problema, provavelmente sim, de qualquer



forma ele pergunta se não seria de disciplinar o estacionamento de outra forma, privilegiando os residentes, em detrimento dos que vêm de fora."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que já tinha referido isso várias vezes nesta Assembleia, achava um escândalo como a Fundação Inatel não conseguia resolver o assunto com tanto espaço disponível no Estádio Inatel. Podia facilmente construir um estacionamento para os seus utentes, em vez de prejudicar todos os restantes residentes da zona, com um estacionamento caótico e não regulado, muitas vezes bloqueando as entradas das casas, raras vezes fiscalizado pela EMEL.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta para dar esclarecimentos.-----

----- O Senhor Presidente da Junta disse que sobre a iluminação pública, tinham conhecimento dessa situação, já também reforçaram esse tema à Câmara Municipal e tinha que ver mais com a E-Redes do que a Câmara Municipal a ligação desses candeeiros e essa experiência. Era um tema que tinha que se resolver, se estava assim há três meses não fazia sentido nenhum não haver uma solução célere.-----

----- Quanto ao tema das hortas, das torneiras, já estavam a fazer alguma manutenção, teriam que substituir mesmo as torneiras porque de outra forma já não havia solução possível de manutenção corrente e, portanto, tinha que haver substituição. O chefe de divisão do espaço público tinha conhecimento também dessa situação.-----

----- Relativamente ao tema das esplanadas, se tinha referido que o Senhor Luís Pereira tinha feito alguma denúncia para alguma entidade, isso não correspondia à verdade, fazia *mea culpa* e pedia desculpa por isso, não era a intenção dizer que fez reclamações para entidades que não fez e, portanto, ficava esse pedido de desculpas.-----

----- Quanto ao Senhor Aquino, passeios, tinha toda a razão, entre o Santo António e a Avenida da Igreja tinha que ver com as árvores e a requalificação do passeio. O passeio não tinha buracos, podia ter um buraco pontual de vez em quando, mas era a equipa de manutenção do espaço público que tinha muita atenção a essa via por motivos óbvios. A requalificação estava sendo pensada pela Câmara Municipal de Lisboa nesse passeio e não só, em virtude também das pessoas com mobilidade reduzida estava a haver um projeto da Senhora Vereadora Joana Batista para a requalificação desses passeios e também alguns na Avenida Rio de Janeiro. Já houve visitas técnicas ao local do gabinete da Senhora Vereadora, do departamento de espaço público da Câmara e alguma coisa ia acontecer. Havia sempre alguma limitação da colocação de piso confortável em virtude das raízes das árvores, mas os técnicos estavam a trabalhar nesse sentido para tornar esse passeio mais confortável, principalmente quando se descia em tempos mais húmidos ou chuvosos. Era escorregadio também e, portanto, fazia todo o sentido haver essa alteração.-----

----- Relativamente ao estacionamento em espinha, realmente foi para aumentar o número de lugares de estacionamento aquando das obras do parque de estacionamento e também para evitar o estacionamento ou mitigar o estacionamento em segunda fila que também criava os problemas que o Senhor Aquino ali e bem levantou, nomeadamente na segurança do peão no atravessamento das passadeiras. Teria que haver não a retirada do estacionamento em espinha, mas criar uma cabeceira do passeio que fosse até uma zona mais visível, até ao estreitamento da via com os carros. Fazer uma intervenção que permitisse haver mais segurança, para não retirar o estacionamento e não permitir que o estacionamento em segunda fila voltasse àquela via, que sabiam que pelo menos de um lado ainda continuava a ser.-----

----- Tinham, obviamente, solicitado a quem tinha competência para fiscalização, tanto a EMEL como a Polícia Municipal, para quando tivessem oportunidade e sempre que possível fazerem a devida fiscalização. Acontecia o mesmo em segunda fila na Avenida

Rio de Janeiro ao pé do mercado e tinha o parque de estacionamento mesmo ali, era preciso uma fiscalização mais efetiva também nesse arruamento. -----

----- Quanto à carreira de bairro, agradecer ao Senhor Luís Filipe Correia por ali ir explanar a sua experiência com essa carreira. A carreira de bairro foi alterada porque era a segunda carreira de bairro em Lisboa com menos taxa de ocupação, ao fim de semana foi terminada porque tinha apenas 2,2% de ocupação e ao dia de semana tinha apenas 7%, se continuasse com a mesma rota nada ia mudar. -----

----- Essa alteração foi feita pela Carris, também auscultando a Junta de Freguesia, mas com estudos técnicos, com avaliações de número de pessoas que tinham o passe navegante e da utilização quer dos autocarros da Carris normais, quer da carreira de bairro. Permitiu passar em mais escolas, permitiu fazer a ligação à Quinta dos Barros com a ligação ao Campo Grande, à paragem onde o autocarro 738 que ligava à Quinta dos Barros passava e também reduzir o tempo de viagem ligeiramente. Não foi tão grande essa redução quanto queriam, mas foi o possível. -----

----- Relativamente à Avenida dos Estados Unidos da América e os carros estacionarem no Inatel, esse problema já era conhecido da Junta de Freguesia. No ano passado receberam, não sabia se foi em Assembleia de Freguesia ou em reunião pública de Executivo, uma petição dos moradores da Avenida Rio de Janeiro entre o Largo Frei Heitor Pinto e a Estados Unidos da América relativamente à conversão daquela via em estacionamento para moradores. Em virtude dessa situação reportaram o tema à Câmara Municipal em e-mail, como era dever, partilharam essa petição com o Inatel e com o Presidente do conselho de administração. Enviaram vários e-mails e referiram que se até março desse ano não fosse feito nada por parte do Inatel, tal como o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia referiu, tinham muito espaço para acomodar estacionamento dos seus utentes e sócios, teriam que solicitar de forma mais firme à Câmara Municipal a passagem daquele estacionamento de rotação para estacionamento para residentes, nomeadamente no período noturno. -----

----- Assim o fizeram, em breve a Câmara Municipal e a EMEL deviam estar a converter esse estacionamento para estacionamento exclusivo para moradores das 19 horas às 9 horas da manhã. Acontecia que depois da implementação tinha que haver fiscalização e a fiscalização tinha que ser efetiva para as pessoas perceberem que se estacionassem em segunda fila ou em lugares de moradores havia uma penalização, porque os moradores não podiam ser penalizados. Se não houvesse espaço dentro do Inatel era uma coisa, o parque de estacionamento também do Mercado Alvalade ficava a 500 metros, portanto quem ia fazer desporto podia utilizar perfeitamente esse parque e perder cinco minutos na sua deslocação a pé. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu aos quatro fregueses que ali levaram as suas preocupações, que era sempre muito útil para a Assembleia ouvir. -----

----- Disse que antes de entrar formalmente no período de antes de ordem do dia ia fazer algumas considerações. Pensava que todos teriam visto, que tinham 20 moções, votos de louvor, recomendações, apresentadas neste PAOD, o que significava quatro minutos para cada uma, incluindo a sua votação. Ou seja, seria necessária uma enormíssima colaboração dos Senhores Membros da Assembleia de Freguesia para que isto corresse bem. -----

----- Não era a Mesa, nem a Assembleia que ditavam estes temps limites, nem sequer era o Regimento, era a Lei, artigo 52.º do anexo à Lei das Autarquias Locais, que estipulava imperativamente sessenta minutos para o PAOD. Assim, apenas daria início ao PAOD quando acabasse de falar e de explicar como iam processar esse período para poder ser o mais eficaz possível. -----



----- Devia dizer também que o Partido Socialista acabou há poucos momentos, antes do início da Assembleia, de enviar mais sete moções. Como compreendiam, não aceitara essas por serem completamente extemporâneas, não puderam sequer ser distribuídas. ---

----- Recordavam-se bem que já ali discutiram várias vezes que a entrega de moções e recomendações para o PAOD devia ser feita com uma antecedência maior do que 24 horas regimentais, mas enquanto não era alterado o Regimento tinham o limite apenas das 24 horas, ou seja, até às 21 horas do dia anterior, não era até às 21 horas do próprio dia. Por isso, não havia qualquer possibilidade de distribuir moções entregues agora, pois nenhum Membro da Assembleia as poderia ver e analisar. A parte boa era que seriam agendadas já para a próxima Assembleia de Freguesia, porque já estavam entregues. -----

----- A Mesa propunha discutir estas vinte moções, recomendações e votos distribuídas em quatro grupos. O primeiro, pensava que concordariam consigo, que seriam as primeiras, os votos de louvor ao 25 de Abril, ao 1º de Maio e aos 50 anos da Constituição portuguesa, sete documentos sobre essa matéria. Depois, tinham duas sobre estacionamento, quatro sobre espaço público e finalmente teriam as restantes sobre vários assuntos completamente diversos, todos obviamente com interesse para a Freguesia. -----

----- Assim sendo, eram 21 horas e 25 minutos, ia iniciar os sessenta minutos e daria a palavra à Iniciativa Liberal para apresentar o seu voto de louvor sobre o 25 de Abril. Não seria preciso lerem as moções inteiras, porque elas foram distribuídas atempadamente, mas fariam o que entendessem, com a certeza que se chegassem ao fim dos sessenta minutos e não tivessem tempo para todas, as não apresentadas não se votariam, ficando para a próxima Assembleia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Maria João Fonseca. -----

----- Membro Maria João Fonseca (IL) apresentou o seguinte documento: -----

Voto de Louvor

“----- A 25 de abril de 1974, Portugal recuperou o direito à vida plena em liberdade. --

----- O fim do regime autoritário abriu caminho a uma democracia liberal e a uma sociedade aberta, plural e justa, onde cada cidadão pode viver, escolher e crescer com autonomia e responsabilidade individuais. -----

----- Viver em Liberdade é ser livre, é ser soberano. É poder decidir o próprio caminho e assumir a responsabilidade pelas suas escolhas individuais. Esta soberania individual e responsabilidade pessoal constituem a essência do liberalismo. -----

----- 52 anos depois, celebrar Abril não pode ser apenas recordar. Devemos reafirmar que a liberdade se conquista todos os dias, através do exercício dos nossos direitos de liberdade fundamentais. O papel das instituições públicas não é dirigir a vida dos cidadãos, mas remover obstáculos. É criar espaço para que cada cidadão, cada família, cada associação e cada iniciativa local possam agir, criar, crescer e inovar. ---

----- Acreditamos que quando os cidadãos são livres para decidir, com menos burocracia, mais transparência e regras claras, todos beneficiamos. A economia avança, as condições de vida melhoram e a comunidade torna-se mais forte, mais dinâmica e mais justa. -----

----- Na nossa Freguesia de Alvalade, esse compromisso exige uma gestão transparente, eficiente e ao serviço dos cidadãos. Uma administração que remova obstáculos em vez de os criar. Que responda com clareza às questões prementes da habitação, da higiene urbana e da qualidade de vida. -----

-----Esta é a herança de Abril que queremos honrar: não como memória, mas como missão.-----

----- A Liberdade conquista-se todos os dias.-----

----- Os Eleitos pela IL na Assembleia de Freguesia de Alvalade -----”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo.-----

----- Membro Carlos Rêgo (CDS-PP) apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- Pelo 52º Aniversário de 25 de Abril de 1974-----

----- O CDS, na qualidade de partido fundador da democracia portuguesa, saúda o 52º aniversário do 25 de Abril de 1974.-----

----- O Abril longínquo de 1974 que consagrou a plena liberdade para todos, não foi efêmero e revestiu-se de um conjunto de factos que moldaram o nosso futuro.-----

----- Foi Abril que restaurou os direitos civis e políticos, que estabeleceu uma verdadeira separação de poderes, a liberdade de imprensa e de opinião, e que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte de 1975, onde o povo, democraticamente, demonstrou que não queria mais autoritarismos, reafirmando a democracia, a liberdade e a tolerância em todos os atos eleitorais até à atualidade.-----

----- Foi Abril que permitiu um amplo reconhecimento internacional de Portugal e a adesão à Comunidade Económica Europeia.-----

----- Foi Abril que, incontestavelmente, trouxe o desenvolvimento e o pluralismo político, económico e social que transformou o nosso país.-----

----- Foi Abril que implementou o poder local e que desenvolveu Portugal, suprimindo as carências que o poder central persistia em ignorar.-----

----- É o Abril intemporal, o Abril sem donos, sem censura, o da liberdade sem tutelas nem superioridades morais, que não está terminado, nem nunca estará! Mas é a ele que devemos a possibilidade de sermos responsáveis pelo nosso destino.-----

----- Celebrar Abril é, pois, a busca de inspiração permanente nos valores intemporais e duradouros que o dia 25 nos restituiu. É identificar e combater, quotidianamente, todas as formas de injustiça, corrupção, segregação, despotismo e obscurantismo. E porque brevemente também se celebra o 1º de Maio é, o momento para recordar que um Portugal mais rico, solidário e justo só é possível com o empenho e o contributo de todos: do Estado, dos empresários e dos trabalhadores.-----

----- Celebrar Abril é lutar, na esfera pública, como na privada, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva.-----

----- Celebrar Abril é, para quem faz serviço público, como autarcas, num mandato conferido pelo povo, a redobrada responsabilidade de zelar pelo bem comum e de dignificar, pelo exemplo, a missão que nos foi confiada.-----

----- Celebremos, pois, Abril e Maio, sem luta de classes!-----

----- Assim, os eleitos do CDS-PP propõem à Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 28 de Abril de 2026, que:-----

----- Aprove um voto de saudação dedicado a todos os que, em 25 de Abril de 1974, lutaram por um Portugal independente, democrático, tolerante, pacífico, próspero e livre.-----

----- Lisboa, 28 Abril de 2026-----

----- O(s) eleito(s) do CDS-PP na AF de Alvalade, Carlos Roque Rêgo e Teresa de Aguiar Gameiro -----”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ana Pelicano.-----

----- Membro Ana Pelicano (PSD) apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- Ao 25 de Abril e 1º de Maio -----





----- Assinalámos no passado sábado os 52 anos do dia em que se instaurou a liberdade, a democracia e um Estado de direito democrático em Portugal, pondo um termo a um regime ditatorial onde imperava a repressão, a censura, analfabetismo e a pobreza, abrindo caminho à constituição de uma sociedade mais justa, plural, solidária e com maior igualdade de oportunidades. -----

----- No passado dia 2 de Abril, comemorou-se o cinquentenário da Constituição da República Portuguesa, onde estão consagrados os direitos, liberdades e garantias fundamentais, bem como os princípios estruturantes do regime democrático, constituindo a base essencial da nossa vida coletiva, de que as autarquias locais são um dos seus pilares estruturantes. Como afirmou o deputado Cristóvão Norte, nas comemorações da aprovação da Constituição, o desafio do nosso tempo não é ter mais ou menos Constituição, é saber cumpri-la no que verdadeiramente importa. Lembrando uma mensagem especialmente para os mais novos, mas que todos temos de ter presente, a liberdade não se herda, conquista-se todos os dias, mensagem tão importante aos dias de hoje. -----

----- Ao longo destas cinco décadas, Portugal consolidou o seu regime democrático, enfrentando desafios e promovendo progressos significativos no desenvolvimento económico, social e humano, num percurso que deve ser valorizado e aprofundado. Tal como apelou aos jovens o nosso Presidente da República, António José Seguro, não sejam espectadores da democracia, sejam protagonistas e sem populismos, como refere o Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar Branco. -----

----- Comemoram-se também, este ano, 50 anos das primeiras eleições autárquicas, desde as quais os autarcas têm tido um papel relevante na construção, consolidação e modernização da democracia portuguesa, contribuindo para a afirmação dos valores da liberdade, da responsabilidade, da coesão social e do desenvolvimento sustentável. -

----- O 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, simboliza a luta histórica dos trabalhadores de Chicago em 1886 pela dignidade do trabalho, por melhores condições laborais e por uma sociedade mais equilibrada, sendo um marco da afirmação dos direitos sociais consagrados constitucionalmente. -----

----- Considerando a proximidade destas duas datas, considerando ainda que a Assembleia de Freguesia de Alvalade é o órgão deliberativo e representativo do povo da Freguesia de Alvalade, a Assembleia de Freguesia de Alvalade reunida em sessão ordinária, hoje, dia 28 de Abril de 2026, saudando a passagem de mais um aniversário da Revolução de Abril, bem como os trabalhadores que, daqui a uns dias, comemorarão o seu dia em liberdade, delibera: -----

----- Em primeiro, saudar o 52º aniversário do 25 de Abril e todos os autarcas que, desde as primeiras eleições autárquicas, desde 1976, tanto fizeram e continuam a fazer pelas suas populações, estando sempre na primeira linha, defesa dos seus interesses; --

----- Saudar os 50 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, reconhecendo o seu papel estruturante na consolidação do regime democrático e reafirmando o compromisso com os seus valores e princípios. -----

----- Saudar a passagem do 140º aniversário da Luta dos Trabalhadores de Chicago, que determinou a declaração do 1º de Maio como Dia do Trabalhador. -----

----- Os eleitos do PSD para a Assembleia de Freguesia em Alvalade. ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa para uma interpelação à Mesa. -----

----- Membro Francisco Costa (Livre) disse que não foi distribuído o documento do PSD pelas forças políticas e, portanto, não tinham conhecimento do documento. Pedia, por isso, que fossem descontados esses quase cinco minutos de intervenção do PAOD. -

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que ia questionar os Serviços sobre o sucedido e já responderia. O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ricardo Varela.-----

----- Membro Ricardo Varela (CDU) apresentou os seguintes documentos: -----

----- Moção -----

“----- Celebrar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático -----

----- O 25 de Abril foi a Revolução libertadora que devolveu a democracia ao povo português. Com ela, revolveu-se a vida no País; por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que a resumam. A Revolução foi, no seu desabrochar, uma explosão de liberdade que só perdurou porque imprimiu, em todos os aspetos da vida, a marca transformadora que lhe garantiu sustentação. -----

----- O que hoje está por cumprir não é responsabilidade de Abril, mas daqueles que nunca se conformaram com o seu carácter avançado e progressista, tudo fazendo para amputar a sua dimensão transformadora. -----

----- Celebrar Abril exige enfrentar a avalanche interpretativa dos que lhe negam a natureza única. Celebrar Abril é combater o branqueamento do fascismo, destacar a resistência abnegada de comunistas e outros democratas, e rejeitar as falsificações históricas que tentam reduzir uma Revolução a uma mera "transição" de regimes. Por mais que tentem reescrever a História, Abril foi a rutura total com o regime fascista e com os grupos monopolistas que o sustentavam. -----

----- Celebrar Abril é também afirmar o Poder Local Democrático como uma das suas mais brilhantes conquistas. É defender a sua autonomia financeira e administrativa contra o subfinanciamento e a ingerência tutelar. -----

----- No 52º aniversário da Revolução de Abril, é com profunda preocupação que assistimos, em Lisboa, a uma deliberada tentativa de descaracterização e esvaziamento das comemorações institucionais. O mesmo sucede na freguesia de Alvalade, onde não existiu uma programação própria e em que, a junta de freguesia não executou uma deliberação da assembleia de freguesia, que a 29 de abril de 2025, aprovada por maioria, com vista a “fazer um inventário dos locais de luta pela liberdade na nossa freguesia para que seja criado o Roteiro da Liberdade de Alvalade”: -----

----- A cidade que foi o centro da madrugada libertadora do 25 de Abril, a freguesia que acolheu um conjunto de casas clandestinas, cafés, jardins como pontos de encontro de homens e mulheres que lutavam contra a ditadura, tem uma responsabilidade não só histórica, mas também democrática de valorizar e enaltecer a data maior da democracia portuguesa. -----

----- Contra o silenciamento e cinzentismo institucional, afirmamos que Lisboa é, e continuará a ser, a cidade de Abril e da Liberdade. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2026, delibera: -----

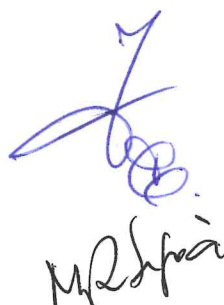
----- 1. Saudar o 52º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformação económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; -----

----- 2. Prestar homenagem a todos os resistentes antifascistas e aos militares de Abril que abriram as portas da liberdade; -----

----- 3. Saudar a promoção das comemorações populares do 25 de Abril; -----

----- 4. Manifestar o seu firme protesto contra a desvalorização das comemorações institucionais por parte da Câmara Municipal de Lisboa, exigindo a reposição da dignidade e da dimensão pública que a data exige; -----

----- 5. Exortar a junta de freguesia a contribuir para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas, desde logo, concretizando os roteiros da liberdade, de modo a



transmitir às novas gerações o que representou o 25 de Abril, como ato de emancipação, democracia e liberdade; -----

----- 6. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 52 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais em benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; -----

----- 7. Reafirmar o compromisso com os valores de Abril, o Poder Local Democrático e o cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa. -----

----- 8. Dar conhecimento desta Moção; -----

----- a) Presidente da República; -----

----- b) Presidente da Assembleia da República; -----

----- c) Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----

----- d) Primeiro-ministro; -----

----- e) Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- f) Assembleia Municipal de Lisboa -----

----- g) Associação Conquistas da Revolução; -----

----- h) Associação 25 de Abril; -----

----- i) Conselho Económico e Social -----

----- Lisboa, 28 de abril de 2025 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Ricardo Varela e Frederico Lira ----- ”

----- Moção -----

----- “50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas (1976–2026) -----

----- A Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976, e as primeiras eleições autárquicas democráticas, realizadas a 12 de dezembro de 1976, constituem dois momentos determinantes da consolidação da democracia portuguesa, profundamente ligados ao processo libertador iniciado com a Revolução de Abril de 1974. -----

----- A Constituição da República Portuguesa consagra Portugal como um Estado de Direito democrático, baseado na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, comprometido com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Resultado da luta dos trabalhadores e do povo português, traduz no plano jurídico e institucional as aspirações de liberdade, democracia, justiça social, paz e soberania nacional que marcaram o processo revolucionário. -----

----- A Constituição consagra um vasto conjunto de direitos, liberdades e garantias, assim como direitos económicos, sociais e culturais fundamentais, assegurando o direito ao trabalho com direitos, à saúde, à educação, à habitação, à cultura, à segurança social, ao ambiente e à participação democrática. -----

----- No mesmo ano, a realização das primeiras eleições autárquicas democráticas (realizadas nos 304 municípios e 4 034 freguesias então existentes) representou uma das mais profundas conquistas de Abril: o nascimento do Poder Local Democrático, constitucionalmente consagrado, plural e participado, dotado de autonomia administrativa e financeira, e instrumento essencial de proximidade às populações. -----

----- Ao longo de cinco décadas, o Poder Local Democrático foi decisivo na transformação económica, social e cultural do País e na melhoria das condições de vida das populações, através da criação de infraestruturas, equipamentos coletivos, redes básicas de saneamento, abastecimento de água, transportes, escolas, espaços verdes e serviços essenciais. Em muitos territórios, havia praticamente tudo por fazer, e foram as autarquias locais, com os seus eleitos e com a participação das populações, que responderam a necessidades fundamentais. -----

----- Contudo, também o Poder Local Democrático tem sido alvo de sucessivos ataques à sua autonomia e capacidade de intervenção, seja através do subfinanciamento, de alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias, da transferência de encargos sem os correspondentes meios, do adiamento da regionalização prevista na Constituição ou de processos de extinção e fusão de freguesias contra a vontade das populações. -----

----- Assinalar os 50 anos da Constituição e do Poder Local Democrático é reafirmar a importância do projeto democrático e social de Abril, valorizar o papel das autarquias locais e reforçar o compromisso com a participação popular e com o desenvolvimento equilibrado do território. -----

----- Num tempo em que se intensificam ataques ao regime democrático e se procuram impor retrocessos nos direitos sociais e laborais, esta comemoração assume ainda maior importância como afirmação dos valores democráticos e como exigência de cumprimento da Constituição. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 28 de abril de 2026, delibera: -----

----- 1. Saudar o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa e o 50.º aniversário das primeiras eleições autárquicas democráticas, realizadas em 12 de Dezembro de 1976; -----

----- 2. Reafirmar a importância do Poder Local Democrático como conquista fundamental de Abril, pilar do regime democrático e instrumento essencial de participação popular e de desenvolvimento local; -----

----- 3. Reafirmar a necessidade do cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa, enquanto garante de direitos, liberdades e garantias; -----

----- 4. Promover ao longo de 2026 iniciativas institucionais, culturais e pedagógicas que assinalem estas duas efemérides, envolvendo a comunidade educativa, o movimento associativo e a população; -----

----- Lisboa, 28 de abril de 2025 -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Ricardo Varela e Frederico Lira -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa. --

----- Membro Francisco Costa (Livre) apresentou os seguintes documentos: -----

----- **Voto de Saudação** -----

“----- Ao Dia Internacional do Trabalhador e aos Trabalhadores da Freguesia de Alvalade -----

----- O Dia Internacional do Trabalhador celebra o respeito pela dignidade do trabalho e evoca a luta iniciada em Chicago, em 1886, quando centenas de milhares de trabalhadores exigiram a redução das longas jornadas e melhores condições de vida laborais, enfrentando forte repressão. Manifestações a exigir melhores condições de trabalho e denunciando a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, seguiram-se noutros países, na mesma data, e culminaram na instituição do 1.º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador. -----

----- O 1º de Maio não é apenas um marco histórico em que recordamos as lutas sindicais e reafirmamos a conquista dos direitos laborais já alcançados. É um dia de afirmação da justiça social, de persistência e perseverança na luta por melhores condições laborais e na exigência do alargamento dos direitos dos trabalhadores. -----

----- A Freguesia de Alvalade guarda uma relação singular com a história do Dia do Trabalhador em Portugal: foi no Estádio 1.º de Maio – à data ainda designado Estádio da FNAT (Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, instituição do Estado Novo) – que, a 1 de maio de 1974, teve lugar o ponto alto da primeira grande

celebração popular do 1.º de Maio em liberdade, poucos dias após a Revolução do 25 de Abril. Numa manifestação que partiu da Alameda Afonso Henriques e culminou no estádio completamente lotado, centenas de milhares de pessoas participaram naquela que foi a maior concentração popular de sempre em Lisboa. Foi aí que Mário Soares e Álvaro Cunhal, recém-regressados do exílio, discursaram lado a lado, sob o lema “Paz, Pão e Liberdade!”, consagrando o 1.º de Maio como data central da democracia portuguesa. O povo batizou então informalmente o recinto como Estádio 1.º de Maio, nome que viria a tornar-se oficial – transformando um símbolo do regime salazarista numa tribuna da democracia nascente e um motivo de orgulho para esta freguesia. ----

---- É também com orgulho que esta Assembleia recorda que foi em Alvalade que se celebrou, em liberdade, o primeiro Dia do Trabalhador pós-25 de Abril. ----

---- A nível nacional persistem, contudo, tentativas de precarizar o trabalho e restringir direitos, através do aumento dos contratos a termo certo, do recurso aos falsos recibos verdes e ao outsourcing, bem como da limitação à ação sindical e à reintegração de trabalhadores injustamente despedidos – tudo sob o argumento falacioso da necessidade do aumento da produtividade. Neste Dia Internacional do Trabalhador, impõe-se reafirmar que a revisão da legislação laboral, iniciada pelo Governo com o Anteprojeto “Trabalho XXI”, deve servir para reforçar, e nunca reduzir, os direitos de quem trabalha. ----

---- E há ainda muito por lutar: garantir aumentos salariais justos, assegurar a igualdade remuneratória entre mulheres e homens, reduzir as disparidades salariais entre trabalhadores e administradores, melhorar as condições laborais e garantir, de forma efetiva, a segurança e saúde no trabalho. ----

---- Enquanto autarquia, devemos colocar as pessoas no centro da nossa ação política. Enquanto entidade patronal, isso significa recusar a precariedade, promover contratos estáveis, garantir condições laborais dignas e previsíveis e valorizar e reconhecer os trabalhadores com quem a comunidade conta diariamente. ----

---- Neste 1º de Maio, saudamos todas e todos os trabalhadores. Em especial, esta Assembleia dirige uma saudação às trabalhadoras e aos trabalhadores da Freguesia de Alvalade, que asseguram diariamente o atendimento ao público, a limpeza e conservação dos espaços públicos, os cuidados às crianças no CAF e AAAF, assim como o funcionamento de todos os serviços, contribuindo decisivamente para o bem-estar da comunidade. ----

---- Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o LIVRE propõe à Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 28 de abril de 2026, que delibere: ----

---- 1. Saudar o dia 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador; ----

---- 2. Saudar as trabalhadoras e os trabalhadores da Junta de Freguesia de Alvalade;

---- 3. Apelar à Junta de Freguesia de Alvalade para garantir a estabilidade laboral de todos os seus trabalhadores, promovendo vínculos contratuais estáveis e evitando o recurso à prestação de serviços, quer diretamente com as pessoas ou através de empresas de prestações de serviços; ----

---- 4. Apelar às trabalhadoras e aos trabalhadores para participarem nas comemorações do 1º de Maio promovidas pelas Centrais Sindicais; ----

---- 5. Enviar o presente voto de saudação aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Conselho Económico e Social e aos seus parceiros institucionais. ----

---- Alvalade, 28 de abril de 2026 ----

---- O eleito do LIVRE na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Francisco Costa ---- ”

----- Voto de Saudação-----

“---- Ao 25 de Abril, aos 50 Anos da Constituição da República Portuguesa e do Poder Local Democrático ----

----- O 25 de Abril de 1974 marcou o reencontro de Portugal com a liberdade, abrindo caminho à construção de uma democracia plural, participativa e comprometida com a dignidade humana. A Revolução pôs fim a décadas de repressão, censura e desigualdade, devolvendo ao povo português o direito de decidir o seu futuro. -----

----- Em 1976, a Constituição da República Portuguesa consagrou no plano jurídico os valores de Abril. Num período de transição política e na sequência da eleição da Assembleia Constituinte, em 25 de abril de 1975, a Constituição foi aprovada num compromisso histórico entre a maioria dos partidos. Instituiu direitos fundamentais que transformaram profundamente o país: o acesso universal à educação, à saúde, à cultura, à habitação, à proteção social, ao trabalho digno e à participação democrática. -----

----- Assinalados no passado 2 de abril os seus 50 anos, a Constituição foi determinante na mobilidade social, garantindo proteção no consumo, acesso a serviços públicos essenciais, igualdade de oportunidades e mecanismos de defesa dos direitos humanos. Hoje, perante discursos que propõem revisões suscetíveis de fragilizar direitos fundamentais, importa reafirmar que, embora passível de aperfeiçoamento, a Constituição não deve ser desvirtuada no seu espírito fundador nem nos direitos estruturantes que garante. -----

----- Em 2026 assinalam-se igualmente os 50 anos do poder local democrático, um dos pilares da organização do Estado. Apesar do amadurecimento do regime democrático, o processo de descentralização permanece incompleto, desde logo pela não concretização das regiões administrativas, previstas constitucionalmente como nível intermédio de governação. Acresce que, no contexto de Lisboa e na sequência da reforma administrativa de 2012, as freguesias viram as suas competências alargadas sem a correspondente transferência de meios financeiros e técnicos, comprometendo a capacidade de resposta e a qualidade dos serviços prestados às populações. -----

----- Em Alvalade, a concretização dos valores constitucionais exige políticas que promovam a coesão social, o acesso à habitação, a proteção dos espaços verdes, a inclusão das pessoas com deficiência, a igualdade de género, o apoio às famílias e a participação cidadã. É no quotidiano das freguesias, nos serviços públicos de proximidade, nas escolas, nos bairros e nas comunidades, que a democracia se realiza plenamente e ganha mais sentido para a vida das pessoas. -----

----- Celebrar o 25 de Abril, a Constituição e o Poder Local é reafirmar um compromisso com o futuro: com uma democracia mais participada, com políticas públicas orientadas para as necessidades reais das pessoas, com a justiça social, a defesa dos direitos humanos e a sustentabilidade ambiental. -----

----- Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o LIVRE propõe à Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 28 de abril de 2026, que delibere: ----

----- 1. Saudar o 25 de Abril, homenageando todas as pessoas que lutaram pela liberdade, pela democracia e pelos direitos fundamentais, bem como todas as que continuam a defendê-los. -----

----- 2. Saudar os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, enquanto fundamento do Estado de direito democrático e garante dos direitos, liberdades e garantias. -----

----- 3. Saudar os 50 anos do Poder Local Democrático, enquanto expressão de cidadania participativa e pilar essencial da democracia portuguesa. -----

----- 4. Reafirmar o compromisso da Freguesia de Alvalade com os valores constitucionais, promovendo políticas locais que reforcem a defesa dos direitos humanos, a igualdade, a justiça social, a inclusão, a participação democrática e a sustentabilidade ambiental. -----



----- 5. Enviar o presente voto aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional dos Municípios Portugueses e à Associação 25 de Abril. -----

----- Alvalade, 28 de abril de 2026 -----

----- O eleito do LIVRE na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Francisco Costa ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que os serviços já lhe indicaram o que aconteceu com a moção do PSD. Foi uma moção *clandestina*, o que estava de acordo com aquilo que estavam a discutir nesse momento. Ela realmente foi distribuída, mas não foi anunciada. Estava apenas incluída no segundo link distribuído às 12h44m do dia anterior. Assim, considerando que os Membros da Assembleia podem não ter tomado em conta essa moção, a mesma não seria votada e descontaria o tempo utilizado pelo PSD. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Louvor “Ao 25 de Abril”**, apresentado pela IL, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, IL, Livre e PAN) e 2 votos contra (CDU) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Saudação “Pelo 52º Aniversário de 25 de Abril de 1974”**, apresentado pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, IL, Livre e PAN), 1 voto contra (CDU-PCP) e 1 abstenção (CDU-PEV) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Moção “50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas (1976–2026) 50 Anos da Constituição da República Portuguesa e das Primeiras Eleições Autárquicas Democráticas (1976–2026)**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDU, Livre e PAN) e 4 abstenções (CDS-PP e IL) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDU, Livre e PAN) e 4 votos contra (CDS-PP e IL) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao Dia Internacional do Trabalhador e aos Trabalhadores da Freguesia de Alvalade”**, apresentado pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS, CDU, Livre e PAN), 2 votos contra (CDS-PP) e 8 abstenções (PSD e IL) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao 25 de Abril, aos 50 Anos da Constituição da República Portuguesa e do Poder Local Democrático”**, apresentado pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDU, Livre e PAN) e 4 abstenções (CDS-PP e IL) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo, para uma declaração de voto.-----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Começamos, então, pelo voto contra no Dia Internacional do Trabalhador, do Partido Livre. O CDS, como é óbvio, saúda os trabalhadores da Freguesia de Alvalade e reconhece a dignidade do trabalho como princípio essencial de uma sociedade justa, livre e responsável. O ponto forte deste voto está em recordar o valor histórico do 1º de Maio e a ligação simbólica de Alvalade a esta data, nomeadamente pelo papel do Estádio em 1º de Maio.*-----

----- *A fragilidade que vemos está no desvio ideológico do texto. O documento deixa de ser uma saudação institucional aos trabalhadores e transforma-se numa tomada de posição sobre legislação laboral nacional, precariedade, outsourcing, ação sindical e participação em comemorações das centrais sindicais. Isso excede o papel próprio de uma Assembleia de Freguesia e compromete a neutralidade institucional que uma saudação deveria ter, do nosso ponto de vista.*-----

----- *O CDS respeita os trabalhadores, mas não acompanha a instrumentalização sindical ou partidária de uma data que deve ser de dignidade, responsabilidade e reconhecimento.*-----

----- *Relativamente à saudação da CDU “Comemorar Abril e valorizar o poder local democrático”, votamos contra esta moção não por qualquer reserva em relação ao 25 de Abril ou ao poder local democrático, mas porque rejeitamos a apropriação ideológica de Abril por uma força política. O texto tem um ponto aproveitável, do nosso ponto de vista, a valorização do poder local e a ideia de preservar a memória democrática da Freguesia, nomeadamente através de um eventual roteiro local da liberdade.*-----

----- *Essa proposta poderia ser positiva, se fosse plural, histórica e não sectária, mas a moção é profundamente marcada por linguagem partidária, fala em branqueamento do fascismo, valoriza expressamente a resistência comunista, acusa Lisboa e Alvalade de silenciamento e cinzentismo institucional e tenta transformar uma data nacional numa narrativa de combate ideológico. O CDS não aceita que Abril seja confiscado por qualquer partido, abrir à liberdade, pluralismo e democracia para todos e por isso votamos contra esta moção.*-----

----- *Estas são as declarações de voto que fazemos, são os votos contra, as outras serão feitas por escrito*”-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Maria João Fonseca, para uma declaração de voto.-----

----- **Membro Maria João da Fonseca (IL)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“A Iniciativa Liberal votou contra a moção da CDU de celebrar Abril, não que seja contra, como se viu pela nosso próprio voto de louvor de celebrar Abril e celebrar a liberdade, mas porque achamos que celebrar Abril é celebrar a liberdade e uma sã convivência democrática e não criar oportunidades para denegrir a ação de órgãos autárquicos a quem o povo deu voto maioritário.*-----

----- *Relativamente às abstenções, a abstenção face à saudação da CDU sobre os 50 anos da Constituição da República Portuguesa e as primeiras eleições autárquicas, congratulamos-nos obviamente com as datas históricas, mas abstivemos-nos pois não concordamos com os pressupostos apresentados sobre o poder local e as Freguesias.*-----

----- *Relativamente à saudação do dia 25 de Abril e do Dia Internacional do Trabalhador, saudamos obviamente todos os trabalhadores da Freguesia e todos os trabalhadores reconhecidos no Dia Internacional do Trabalhador, mas a saudação do Livre e as ideias apresentadas pelo Livre vão contra a posição da Iniciativa Liberal*



relativamente à revisão laboral e à necessária evolução das perspetivas sobre o trabalho. -----

----- Relativamente à saudação sobre o dia 25 de Abril e o poder local democrático, temos uma outra perspetiva sobre a implementação do poder local democrático e achamos que a revisão da Constituição não seja uma forma de a fragilizar e por isso abstinemo-nos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Ricardo Varela, para uma declaração de voto. -----

----- Membro Ricardo Varela (CDU-PCP) fez a seguinte declaração de voto: -----

----- "O voto contra nas duas propostas de louvor do dia 25 de Abril relativamente ao CDS e à Iniciativa Liberal decorrem do facto de nós considerarmos que Abril não abriu a porta para uma democracia liberal. -----

----- Abril foi a derrota do fascismo, da operação da luta de homens e mulheres, alguns deles que perderam a sua vida, a passagem para uma democracia que viu assente na sua Constituição os direitos fundamentais, como o direito à habitação, à saúde, à cultura, ao trabalho. Não acompanhamos a forma ligeira como se pretende passar ou caracterizar a revolução de Abril. Sim, é preciso honrar e recordar a memória e o passado. -----

----- Defendemos uma democracia política, social, económica e cultural, ainda mais em tempos que querem-nos impor ideias retrógradas e reacionárias que promovem a divisão da sociedade e colocam em causa alguns dos direitos de liberdade, conquistas e valores de Abril. -----

----- E sim, a luta de classes também faz parte das celebrações do 25 de Abril e do 1º de Maio e sim, Abril é uma luta ideológica. -----

----- E sim, abril não é de um partido, é do povo, o povo que saiu à rua no passado sábado e que manifestou e que honrou aqueles que têm lutado pela liberdade e que têm dado o contributo para que nós continuemos a tentar viver em liberdade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira, para uma declaração de voto. -----

----- Membro Frederico Lira (CDU-PEV) fez a seguinte declaração de voto: -----

----- "Antes de tudo, saudar Abril. Boa noite a todos e saudar-vos também em abril. -----

----- Segundo, dizer que acompanho totalmente o que o Ricardo acabou de dizer e queria só aqui dar mais dois pontos. Primeiro, com justificação e a declaração de voto apresentada pelo Membro da Assembleia Carlos Rêgo, "obviamente fiquei desiludidíssimo com a minha abstenção". Portanto, realmente aí sim foi chamada a ideologia, disseram que não era, realmente sim havia um ponto que talvez com mais algum tempo tivéssemos conseguido, ou eu talvez tivesse conseguido ter tentado mudar no que foi apresentado. -----

----- A luta de classes existe, existirá e continuará viva enquanto não houver realmente um 25 de Abril a sério e que realmente isso deixe de estar. Portanto, a abstenção neste momento sabe a bastante pouco e era para ser bastante claro quanto a isso. Realmente, quando advogamos que não queremos ideologia nas coisas e depois no fundo somos é contra algumas ideologias só, torna-se mais grave. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Maria João Gonçalves. -----

----- Membro Maria João Gonçalves (IL) apresentou o seguinte documento: -----

Recomendação -----

----- Criação de lugares de estacionamento -----

----- Considerando que: -----

----- Alvalade tem inúmeros problemas de estacionamento, dada a época da sua construção enquanto bairro e freguesia; -----

----- O parque automóvel dos seus habitantes tem crescido de acordo com as novas condições da vida urbana; -----

----- Por cada sénior que larga a sua casa, entram 2 carros novos; -----

----- Há inúmeros espaços desaproveitados e que poderiam ser requalificados para estacionamento dos residentes como por exemplo: -----

----- zona das perpendiculares à Rua Guilhermina Suggia; -----

----- espaço já impermeabilizado no princípio da Av. Frei Miguel Contreiras junto à paragem do 727; -----

----- Há inúmeros estacionamentos de deficientes que já não são utilizados ou sinais de proibição de estacionamento que não fazem sentido por não existir nenhuma razão conhecida, como por exemplo, junto ao nº 40 da Av. Gago Coutinho; -----

----- Há zonas com logradouros que podiam ser aproveitados, nomeadamente junto a zonas de elevada densidade habitacional, como por exemplo a da Escola EB1/JI Santo António; -----

----- A defesa de uma mobilidade sem carros, não obsta a que procuremos facilitar a vida dos fregueses, até para que estes usem os seus carros mais ocasionalmente; -----

----- As eleitas pela Iniciativa Liberal recomendam que a Assembleia de Freguesia delibere solicitar ao Executivo da Junta de Freguesia que diligencie, mais uma vez, junto da Câmara Municipal de Lisboa e junto da EMEL para providenciarem rapidamente mais soluções de estacionamento na freguesia. -----

----- Mais se recomenda que a Assembleia de Freguesia delibere solicitar ao Executivo da Junta de Freguesia que inicie negociações com os supermercados com parque de estacionamento para que eles permitam aos residentes o estacionamento nas horas noturnas. -----

----- Maria João Vasconcelos Machado da Fonseca, Maria João Lopes. As Eleitas pela IL na Assembleia de Freguesia de Alvalade -----

----- (Inclui fotos) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa.--

----- Membro Francisco Costa (Livre) apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

“----- Por uma política de estacionamento em Alvalade ao serviço dos residentes, do comércio local e do espaço público -----

----- Considerando que: -----

----- 1. Alvalade foi concebida como um exemplo de planeamento urbano pelo Arquiteto Faria da Costa em 1945, organizado em Células de Vizinhança com caminhos pedonais seguros, espaços verdes e logradouros arborizados, um património urbanístico que deve ser preservado e requalificado, -----

----- 2. Dados do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) de 2022 mostram que o rácio entre distícos de residentes atribuídos pela EMEL e lugares efetivos em espaço público em Alvalade chega a valores entre 1,31 e 1,60 em várias zonas da freguesia (03 - N,O, Q e R) e mesmo superiores a 1,6 (Zona 03I). E que as zonas EMEL (tarifárias e não tarifadas), Alvalade B,E,F,G,J e P, têm uma proporção dos 2º e seguintes distícos (3º e 4º) igual ou superior a 30%, “permitindo concluir que nestas zonas a taxa de motorização das famílias é superior à média da cidade.”¹ Estes dados revelam que o problema central não é a falta de lugares, mas o excesso de distícos atribuídos e a subutilização de mais de 1000 lugares existentes em parques de gestão pública e privada na freguesia e imediações (supermercados, hotéis, empresas públicas); -----



----- 3. A literatura técnica em mobilidade urbana é unânime em demonstrar o fenómeno da procura induzida (induced demand) – criar mais oferta de estacionamento em espaço público – aumenta a utilização e o tráfego automóveis, piora a qualidade do ar e agrava a sinistralidade rodoviária, sem resolver o próprio problema inicial do estacionamento, apenas o desloca no tempo e transfere o impacto; -----

----- 4. Os lugares reservados a pessoas com mobilidade reduzida são uma garantia de acessibilidade universal ao espaço público, protegida pela Lei n.º 38/2004 e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, não podendo nunca a sua existência ser questionada com base em observações pontuais sobre frequência de utilização. Aliás, a designação correta é "lugar de estacionamento acessível" ou "lugar reservado a pessoa com mobilidade reduzida" — e não a linguagem capacitista utilizada noutra recomendação submetida a esta Assembleia; -----

----- 5. Os logradouros interiores das Células de Alvalade, nomeadamente os situados entre as Ruas Eugénio de Castro e Camilo Pessanha, ou entre a Rua Fausto Guedes Teixeira e a Rua Antónia Pusich, são áreas permeáveis com elevado potencial ecológico, cuja requalificação deve seguir o caminho já iniciado no mandato do Presidente André Moz Caldas e continuado pelo Presidente José Borges: zonas de estadia, hortas urbanas, micro-florestas (tiny forests), caminhos pedonais e plantação de arvoredo. Nestes locais deve ser rejeitada qualquer iniciativa no sentido da sua impermeabilização para estacionamento automóvel, que estaria em flagrante contradição com o princípio 3-30-300; -----

----- 6. Do mesmo modo, transformar os logradouros adjacentes à Escola EB1/JI Santo António em parques de estacionamento seria particularmente nefasto, aumentando o tráfego automóvel junto a uma escola básica, contra os princípios das Ruas Escolares e do programa Brincar de Rua, que visam libertar os arredores das escolas do trânsito automóvel; -----

----- 7. O espaço localizado no início da Av. Frei Miguel Contreiras, junto à paragem do 727 (n.ºs 8 a 16), já foi um jardim com árvores de grande porte, como comprova a cartografia histórica de 19704, e fotografias do Arquivo Municipal de Lisboa de 19685 e encontra-se numa das zonas da freguesia que mais sofre com o efeito das ilhas de calor urbano. Assim, é urgente renaturalizar e arborizar este espaço para devolver à freguesia o jardim que aqui em tempos existiu e assim baixar a temperatura nos picos das ondas de calor. Também as ruas perpendiculares à Rua Guilhermina Suggia devem ter a sua arborização reforçada para combater o efeito de ilha de calor. -----

----- 8. A solução para o problema do estacionamento em Alvalade está descrita no programa da Coligação Viver Lisboa, no seu ponto “3.1 Garantir uma política coerente de estacionamento, libertar o espaço público”: -----

----- “108. Reivindicar junto da CML e da Empresa de Mobilidade e Estacionamento (EMEL) uma melhoria da eficiência na gestão do estacionamento: -----

----- Aproveitar a capacidade já existente dos parques de estacionamento públicos de gestão pública e privada na e nas imediações da Freguesia, libertando os mais de 1000 lugares de estacionamento existentes em parques de supermercados, hotéis, empresas públicas e outras infra-estruturas para uso preferencial dos moradores. Criar um Dístico de Residentes de Alvalade em parques a preços acessíveis, em alternativa ao dístico de residente em espaço público, como já implementado pela CML noutras freguesias da cidade. -----

----- Melhorar a gestão tarifária da EMEL no espaço público com vista ao aumento da rotatividade do estacionamento de curta duração para proporcionar lugares para residentes e clientes do comércio local. -----

----- Implementar pontos de cargas/descargas e de tomada/largada de passageiros em todos os quarteirões." -----

----- 9. A junta de freguesia no anterior mandato, com executivo liderado pelo PSD/CDS e apoiado pela Iniciativa Liberal, permitiu a privatização do Parque de Estacionamento do Mercado de Alvalade, anteriormente sob gestão da EMEL, prescindindo de receita importante que revertia para o orçamento da freguesia. -----

----- 10. Segundo o Relatório de Gestão de 2025, submetido a esta assembleia de freguesia para aprovação⁷, a Junta de Freguesia de Alvalade abdicou de cerca de 160.000 € anuais em receita de estacionamento. Ficaram também a perder os moradores e comerciantes que utilizavam o parque da EMEL, com a redução da tipologia das avenças e o aumento dos preços pelo concessionário privado, e que viram aumento da pressão dos automóveis que antes ficavam no parque e assim passaram a ocupar os lugares existentes na rua, conforme afirmado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia na última reunião desta Assembleia. -----

----- Ou seja, a Junta de Freguesia de Alvalade deixou construir um parque privado para que os carros que antes estacionavam a preços mais acessíveis no parque público, passassem agora a estacionar na rua e aumentassem a pressão sobre o estacionamento que agora entendem ser um problema. -----

----- Com uma promessa eleitoralista de racional financeiro incompreensível, a não ser para o concessionário, agravaram o problema que prometiam resolver. -----

----- 11. Neste âmbito, compete à assembleia de freguesia a fiscalização e reivindicação junto da Câmara Municipal de Lisboa e da EMEL para que desempenhem as respetivas funções bem como deliberar no sentido de que o Executivo da Junta desenvolva uma política de mobilidade coerente, rigorosa e alinhada com os compromissos climáticos da Cidade de Lisboa e da União Europeia. -----

----- Assim, o representante do LIVRE na Assembleia de Freguesia de Alvalade propõe que esta assembleia, em reunião ordinária realizada no dia 28 de abril de 2026, determine que a Junta de Freguesia exerça os seus poderes funcionais e cumpra as seguintes diligências: -----

----- 1. Reivindicar junto da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e da EMEL, no prazo de 6 meses, a criação de um Dístico de Residentes de Alvalade para utilização, a preços acessíveis, nos parques de estacionamento públicos e privados subutilizados na freguesia e imediações, libertando os mais de 1000 lugares já existentes em parques de supermercados, hotéis, empresas públicas e outras infraestruturas para uso preferencial dos moradores, à semelhança do modelo já implementado pela CML noutras freguesias nos parques de estacionamento do LIDL; -----

----- 2. Iniciar negociações formais com os operadores de parques de estacionamento privados na freguesia (supermercados, hotéis, empresas), com vista à disponibilização de lugares para residentes, privilegiando não apenas as horas noturnas mas um regime de utilização prolongada e tarifários acessíveis, integrados num sistema único gerido pela EMEL; -----

----- 3. Solicitar à EMEL um estudo, e a elaboração de relatório público, sobre: -----

----- O rácio entre dísticos atribuídos (1º, 2º, 3º e 4º dístico de residentes, dísticos de comerciante, e dísticos verdes) e lugares efetivos em cada zona de estacionamento da freguesia de Alvalade; -----

----- A gestão tarifária do estacionamento de curta duração e a presença e permanência de veículos com Dístico Verde na freguesia de Alvalade; -----

----- O número de lugares e taxas de ocupação dos parques públicos e privados da freguesia de Alvalade; -----

----- com o objetivo de aumentar a rotatividade do estacionamento nos eixos comerciais sem aumentar o número de lugares efetivos no espaço público – garantindo lugares para clientes do comércio local e reduzindo o estacionamento abusivo e de longa duração em espaço público; -----

----- 4. Continuar e acelerar o programa de requalificação dos logradouros iniciado em mandatos anteriores, nomeadamente naqueles localizados entre a Rua Eugénio de Castro e a Rua Camilo Pessanha e entre a Rua Fausto Guedes Teixeira e a Rua Antónia Pusich, transformando-os em zonas de estadia, hortas urbanas, micro-florestas e parques infantis, e rejeitando expressamente qualquer proposta de impermeabilização destes espaços para estacionamento automóvel; -----

----- 5. Reforçar a sinalização, manutenção e fiscalização dos lugares de estacionamento acessível (reservados a pessoas com mobilidade reduzida) existentes na freguesia, rejeitando qualquer proposta de redução do número deste tipo de lugares, que são uma garantia legal da acessibilidade universal; -----

----- 6. Implementar, em articulação com a CML e a EMEL, pontos de cargas/descargas e de tomada/largada de passageiros em todos os quarteirões para serem usados como pontos de recolha e entrega de TVDE, contribuindo para reduzir o estacionamento abusivo, em segunda fila e em passeios, e libertando lugares de curta duração para o comércio local; -----

----- 7. Adotar, em todas as comunicações oficiais, a terminologia correta e não discriminatória relativa a lugares reservados de estacionamento, "lugar acessível" ou "lugar reservado a pessoas com mobilidade reduzida", rejeitando o uso de linguagem capacitista. -----

----- Alvalade, 28 de abril de 2026 -----

----- O Eleito do LIVRE na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Francisco Costa -----

----- (Inclui fotos) ----- ”

----- Continuando, disse que Alvalade foi concebida como um exemplo de planeamento urbano, em que tinha caminhos pedonais, espaços verdes e lugares arborizados, era um património que urgia preservar e requalificar. A proposta que a Iniciativa Liberal apresentava fazia o oposto. -----

----- Havia, de facto, um problema de estacionamento em Alvalade, tinham um problema com excesso de dísticos. Alvalade tinha zonas com a maior percentagem de segundos, terceiros e quartos dísticos da cidade e tinha lugares de infraestrutura construída que estavam ociosos ou ocupados por outras funções. Dava o exemplo do Parque Roma, numa das zonas mais pressionadas de estacionamento junto ao Bairro das Estacas, que tinha um piso inteiro entregue à Rent-a-Car, que foi construído para servir os moradores, os clientes do comércio local e estava alugado a uma Rent-a-Car. -----

----- Portanto, o que tinham era que redirecionar a política de estacionamento para que os lugares ociosos já construídos em estrutura fossem redirecionados. Aliás, a literatura técnica era unânime em que criar mais estacionamento só induzia o uso do carro e, portanto, o que teriam era que criar alternativas. O Livre levava ali outra recomendação, que falariam seguramente a seguir, para criar alternativas fiáveis ao uso do carro na Freguesia de Alvalade. -----

----- Também tinham alguns problemas com a linguagem capacitista utilizada na recomendação da Iniciativa Liberal. Eram lugares reservados a pessoas com mobilidade reduzida, esse era o termo correto e achavam importante frisar. Aquilo que aparecia nos considerandos na IL era bastante nefasto, achava que se aprovassem com aqueles considerandos na próxima Assembleia de Freguesia tinham de certeza vizinhos provavelmente com tochas a irem reclamar da preservação dos seus logradouros, das árvores, do espaço permeável. Portanto, não podia aprovar aquela recomendação tal

como ela estava, porque urgia requalificar os logradouros, não para estacionamento, mas para serem o espaço de fruição dos moradores de Alvalade que foram pensados no plano de Alvalade. -----

----- Sobre estacionamento havia uma questão muito importante, que era o estacionamento do Mercado de Alvalade, de que a recomendação da IL não falava. Tinham um parque público, com avenças mais baratas, que foi privatizado com autorização da Junta de Freguesia. O Senhor Presidente da Junta disse-o, tinham comerciantes que estacionavam no parque da EMEL e que agora estacionavam na rua, porque o dístico que tinham desapareceu e ficava-lhes mais barato estacionar na rua. Ora, o que o parque foi fazer era aumentar a pressão sobre estacionamento, porque foi privatizado. -----

----- Aquilo que viam da parte de quem queria mais estacionamento era agravar o problema em vez de o resolver e isso era importante que ficasse ali dito. -----

----- Relativamente às propostas do Livre, era para que junto da EMEL e a Câmara Municipal, a criação de um dístico de Alvalade para a infraestrutura existente em hotéis, em supermercados, como era feito em outras Freguesias, nos parques de EMEL em outras Freguesias e em empresas públicas. Tinham o exemplo das Águas de Portugal, que até ia no programa referido. Era urgente pôr à disponibilidade dos moradores e dos clientes do comércio local esses lugares e depois fazer um estudo sobre um problema grave que não era muito falado nas Freguesias, os dísticos verdes. -----

----- Os dísticos verdes estacionavam de graça na Cidade de Lisboa e mais de 60% eram de fora de Lisboa. Era importante terem dados sobre a utilização dos lugares de Alvalade pelos dísticos verdes, quer de moradores, quer de quem ia de fora da Freguesia e era importante esse estudo ser feito. Depois, acelerar o programa de requalificação dos logradouros para o que eles deviam ser. -----

----- Convidava a ler o resto da moção, porque valia a pena, e a votar favoravelmente essa moção. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Recomendação “Criação de lugares de estacionamento”**, apresentada pela IL, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD e IL), 8 votos contra (PS, CDU, Livre e PAN) e 2 abstenções (CDS-PP), tendo o Senhor Presidente utilizado o voto de qualidade a favor. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Frederico Lira, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** solicitou que a recomendação do Livre fosse votada por pontos, com os pontos 1 e 6 em separado e os outros podendo ser votados em conjunto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação o **ponto 1 da Recomendação “Por uma política de estacionamento em Alvalade ao serviço dos residentes, do comércio local e do espaço público”**, apresentada pelo Livre, tendo-se verificado um empate na votação, com o mesmo número de votos a favor e de votos contra. -----

----- Referiu que o ponto 1, por se ter verificado um empate, ou seja, não tendo obtido os votos suficientes para ser aprovada, a maioria dos votos, é considerada **rejeitada**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 6 da Recomendação “Por uma política de estacionamento em Alvalade ao serviço dos residentes, do comércio local e do espaço público”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, por



maioria, com 16 votos contra (PSD, PS, CDS-PP, CDU, IL) e 2 votos a favor (Livre e PAN)-----

----- Submeteu à votação os **pontos 2, 3, 4, 5 e 7 da Recomendação “Por uma política de estacionamento em Alvalade ao serviço dos residentes, do comércio local e do espaço público”**, apresentada pelo Livre, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 14 votos contra (PSD, PS, CDS-PP e IL) e 4 votos a favor (CDU, Livre e PAN)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa às deliberações acabadas de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Gustavo Gouveia, para uma declaração de voto.-----

----- **Membro Gustavo Gouveia (PS)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Faz sentido apresentar um esclarecimento, na medida em que nós votámos contra duas moções que parecem estar em oposição uma à outra, mas na verdade não é assim. Acreditamos que a Freguesia precisa de mais estacionamento, acho que é óbvio para toda a gente que vive em Alvalade. E mais, foi essa a política seguida pelo André Moz Caldas e pelo José Borges, quando transformaram precisamente os logradouros do Bairro das Caixas em lugares de estacionamento que compreendiam esta necessidade.*-----

----- *Portanto, parece muito mal que uma moção invoque o passado quando o passado foi precisamente no sentido de suprir a necessidade de estacionamento em Alvalade, que é reconhecida, está em todos os programas e está em todos os programas há vinte anos. Da primeira vez que colaborei num programa, em 2005, já descrevia sobre a necessidade de estacionamento e a falta de estacionamento em Alvalade.*-----

----- *Agora, faço e deixo a nota aos Membros da Iniciativa Liberal que apresentaram também a moção, o exemplo é muito mal dado porque a Guilhermina Suggia, a rua 59 e as três transversais, as ruas Francisco Sousa Coutinho, Francisco Andrade e António Andrade, são das ruas que estão mais pejudadas de carros, estão preenchidíssimas e a solução para o estacionamento naquela zona não pode de todo ser nem a reserva de lugares, nem a reserva de lugares em articulação com supermercados que naquela área não existem.”*-----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Frederico Lira, para uma declaração de voto.-----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** disse que não era por terem erros no passado que deviam continuá-los no presente.-----

----- Fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Em relação à IL, dizer que no nosso entender o problema desta recomendação em relação ao estacionamento é que, embora estejamos de acordo com a necessidade de se providenciarem mais soluções de estacionamento na Freguesia, a verdade é que a proposta apresentada parte do pressuposto errado que é dar primazia ao carro em detrimento dos peões. Isso, século XXI, 2026, por favor, já passou.*-----

----- *Isto é evidente através das soluções apresentadas, pois não nos parecem nem sequer as mais adequadas, nomeadamente a passagem do espaço público destinado aos peões para estacionamento, a questão dos logradouros é de bradar aos céus, reduzir-se o espaço para os peões que podiam e deveriam ser valorizados ao abrigo da sua requalificação e renaturalização, ao invés de se colocar mais estacionamento. Isto é muito claro no âmbito da Bairro das Caixas e da Rua Guilhermina Suggia.*-----

----- *É também de notar que o Código da Estrada também é muito claro que as pessoas que têm carro têm que arranjar uma solução para o seu carro, essa não tem que vir do erário público, ou necessariamente do erário público. É necessário, obviamente,*

garantir alguns lugares, até porque há pessoas com dificuldades de locomoção, mas pelos vistos isso também é um problema, a questão das sinaléticas e dos lugares reservados. Mais estranho ainda porque é uma questão equitativa de garantir a todos os cidadãos uma participação ativa na sociedade. -----

----- Acresce, então, que esta moção aponta para necessidades de falta de estacionamento sem abordar sequer a questão dos transportes públicos como alternativa ao uso do automóvel. Torna-se pouco eficaz, pois este é um problema que tem de ser tratado a montante, ainda mais numa Freguesia como a de Alvalade, onde estão sediados um conjunto de serviços, colocando assim uma pressão ainda maior no estacionamento. -----

----- Também não deixa de ser curioso, ao mesmo tempo, estar a ser recomendado ao Executivo para que execute aquilo que ele próprio propôs no seu plano de atividades aprovado na Assembleia de Freguesia, que nós até destacámos por ser uma proposta que constava também no nosso programa e na nossa proposta. -----

----- Por outro lado, não deixa de ser contraditório a IL vir defender estas parcerias quando faz parte do Executivo que esteve de acordo com o estacionamento junto ao Mercado de Alvalade e é bom referir isso, que passasse a ter uma gestão privada, aumentando o valor pago pelo estacionamento e o pagamento de período noturno entre as 16h30 e as 8h da manhã, quando antes era gratuito. -----

----- Ainda para mais, no que foi apresentado, quer-se falar com o retalho para aproveitar os seus estacionamento, o que eu acho, obviamente, estão lá, é uma ótima ideia, mas parece um bocado contraditório para dizer o menos. Resultado, passou-se a ter no Mercado de Alvalade um parque vazio de noite, uma preocupação que já se falou aqui para o estacionamento nas zonas circundantes, sem fiscalização, com carros estacionados de forma inventiva, mas prejudicando e aumentando a perigosidade para os parentes pobres da mobilidade, que são os peões e os modos ligeiros de locomoção, como sejam as bicicletas. -----

----- Deixar uma última nota, eu acho que era tempo de deixar de atacar os logradouros. A renaturalização é importante, o programa e o projeto e o valor que o Bairro de Alvalade tem é exatamente o Alvalade é verde, ele ter essa parte e, portanto, não faz sentido nenhum hoje em dia estar-se a bater nesta tecla." -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Amândio Figueiredo. -----

----- **Membro Amândio Figueiredo (PAN)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

----- Pela defesa do espaço público e pelo fim da obstrução de passeios por esplanadas em Alvalade -----

----- A utilização do espaço público deve garantir a circulação segura, acessível e confortável de todas as pessoas. No entanto, em várias zonas da Freguesia de Alvalade, tem-se verificado a ocupação excessiva dos passeios por esplanadas, mobiliário associado e estruturas amovíveis ou semi-fixas, comprometendo a mobilidade pedonal e a acessibilidade, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida, idosos, crianças e utilizadores de carrinhos de bebé. -----

----- A obstrução dos passeios constitui não apenas um problema de mobilidade, mas também uma violação do princípio do uso público e universal do espaço urbano. A legislação nacional e municipal é clara ao estabelecer que a ocupação do espaço público deve respeitar corredores mínimos de circulação e não pode impedir o trânsito pedonal em condições de segurança e autonomia. -----

----- Na Freguesia de Alvalade, onde coexistem eixos comerciais intensos, zonas residenciais consolidadas e equipamentos públicos, a pressão sobre o espaço público é

elevada, exigindo uma gestão equilibrada entre a atividade económica e o direito à mobilidade. -----

----- Considerando que: -----

----- A ocupação de passeios por esplanadas tem aumentado em várias artérias da freguesia, dificultando a circulação pedonal; -----

----- A acessibilidade é um direito fundamental e uma obrigação legal, devendo ser garantida em todas as vias públicas; -----

----- A Junta de Freguesia tem competências próprias na fiscalização de ocupação do espaço público, na emissão de pareceres e na articulação com a Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- A atividade económica deve coexistir com o respeito pelo espaço público e pela mobilidade de todos; -----

----- A obstrução dos passeios afeta de forma desproporcional pessoas com mobilidade reduzida, idosos, crianças e famílias. -----

----- A Assembleia de Freguesia de Alvalade delibera recomendar à Junta de Freguesia: -----

----- 1. Reforçar a fiscalização da ocupação do espaço público por esplanadas. Promover ações regulares de verificação do cumprimento das regras de ocupação, garantindo que os estabelecimentos respeitam os corredores mínimos de circulação pedonal. -----

----- 2. Mapear os pontos críticos da freguesia onde os passeios se encontram obstruídos. Identificar ruas e zonas onde a ocupação é excessiva, documentando situações de incumprimento e priorizando intervenções. -----

----- 3. Notificar e sensibilizar os estabelecimentos que não cumprem as regras. Promover uma abordagem pedagógica inicial, informando os comerciantes sobre as normas aplicáveis e a necessidade de garantir acessibilidade plena. -----

----- 4. Articular com a Câmara Municipal de Lisboa a revisão ou revogação de autorizações que violem as normas de acessibilidade. Solicitar a intervenção da CML sempre que a ocupação autorizada seja incompatível com a circulação pedonal segura. -----

----- 5. Garantir que novas autorizações de esplanadas respeitam critérios rigorosos de acessibilidade. Emitir pareceres desfavoráveis sempre que a instalação de esplanadas comprometa a mobilidade pedonal. -----

----- 6. Promover o equilíbrio entre atividade económica e mobilidade. Incentivar soluções de esplanadas que respeitem o espaço público, como mobiliário compacto, delimitação clara e corredores amplos de circulação. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Maria João Fonseca. -----

----- **Membro Maria João Fonseca (IL)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Recomendação** -----

----- **Construção de um Coreto no Parque José Gomes Ferreira** -----

----- Considerando que: -----

----- A necessidade de dinamizar a fruição mais sistemática do Parque José Gomes Ferreira, que tem merecido um elevado investimento da freguesia; -----

----- A promoção da Cultura é um dos eixos do programa eleitoral da Coligação Por Ti Lisboa, nomeadamente a Cultura na Rua; -----

----- A proximidade e a vivência da Natureza é essencial ao bem-estar da população, ---

----- As eleitas da Iniciativa Liberal presentes nesta Assembleia solicitam a esta Assembleia de Freguesia que delibere no sentido de solicitar ao Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade a implementação das seguintes medidas: -----

----- Construção de um Coreto Musical no meio do Parque José Gomes Ferreira, que possa ser utilizado, nomeadamente para a atuação de grupos musicais e corais presentes na Freguesia; -----

----- Melhorar e aumentar a iluminação no Parque; -----

----- Promover o aproveitamento do espaço do Parque José Gomes Ferreira para realização de algumas das atividades do Projeto 18+, nomeadamente as aulas de Tai-chi e Zumba, assegurando assim um melhor conhecimento do Parque junto dos Fregueses. -----

----- Maria João Vasconcelos Machado da Fonseca, Maria João Lopes. As Eleitas pela IL na Assembleia de Freguesia de Alvalade ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira.-----

----- Membro Frederico Lira (CDU) apresentou os seguintes documentos: -----

----- Recomendação -----

“----- Rotunda de Entrecampos Mais Segura-----

----- Por ser urgente intervir para aumentar a segurança rodoviária em Alvalade, entregamos desta vez uma moção sobre a Rotunda de Entrecampos: um local difícil e perigoso para os peões. -----

----- Neste local tudo foi concebido para maximizar o débito do tráfego rodoviário: os locais de atravessamento para peões, os tempos dos semáforos e até o percurso e a colocação da ciclovia. -----

----- Para atravessar a Avenida das Forças Armadas é necessário esperar muito tempo. Enquanto se espera passam muitos automóveis em excesso de velocidade e, quando finalmente o sinal para os peões abre, é preciso cuidado ao atravessar nos primeiros instantes porque é frequente um ou dois carros passarem o sinal vermelho. -----

----- O percurso principal da ciclovia tem uma configuração com três atravessamentos entre o campo grande e a Avenida da República e o percurso é feito no passeio, o que retira espaço para os peões, que são muitos naquela zona e por isso é um ponto de conflito. -----

----- A pintura das passadeiras foi uma boa medida mas é muito insuficiente e não altera a situação, permanecendo o risco constante, com a possibilidade de no futuro ocorrerem ali atropelamentos com feridos, ou mesmo uma tragédia, o que é inaceitável. É a altura de intervir com decisão para dar mais prioridade ao peão. -----

----- Tornar as ruas mais seguras é devolvê-las a todos. -----

----- Por tudo isto, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida a 28 de abril de 2026, delibera: -----

----- Recomendar à Junta de freguesia que, juntamente com a Câmara Municipal promova a realização de uma análise técnica, com vista a uma reformulação da Cruzamento/Rotunda de Entrecampos, para aumentar a segurança e tranquilidade dos peões, avaliando para esse efeito: Alteração da semaforização para diminuir os longos tempos de espera no atravessamento para os peões; -----

----- Instalar dispositivos de controlo de velocidade e ultrapassagem de sinais vermelhos; -----

----- Estudar uma reconfiguração da ciclovia para não usar o passeio nas zonas com muitos peões e, em vez disso, criar um canal na faixa de rodagem, que permita ligar a Av. da República ao Campo Grande directamente. -----

----- Recomenda-se ainda, a avaliação da introdução de medidas imediatas de redução de velocidade, para mitigar a insegurança, enquanto o ponto 1 não estiver implementado. -----

----- Mais se delibera enviar esta Recomendação a todos os partidos representados na Câmara Municipal de Lisboa e Assembleia Municipal. -----



----- Lisboa, 28 de Abril de 2025 -----
----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade, Ricardo Varela,
Frederico Lira -----

----- **Moção** -----

“----- Pelo reforço e melhoria da Iluminação pública na Freguesia de Alvalade -----
----- A Câmara Municipal de Lisboa, anunciou a intenção de efetuar uma contratação
externa para realização de uma inspeção aos 66.000 candeeiros e 75.000 luminárias da
cidade, prevendo que a mesma pudesse estar concluída “no final do primeiro trimestre
do próximo ano” (2026).-----

----- Mais acrescentou que a rede de iluminação pública da cidade apresenta uma
idade média elevada, carecendo de continuada manutenção e renovação.-----

----- Este anúncio surgiu na sequência da deteção da anomalia que provocou a morte
por eletrocussão de um canídeo, na freguesia do Parque das Nações, e de alertas
relativamente a outras alegadas anomalias na rede de iluminação pública da cidade,
suscetíveis de comportarem riscos de natureza diversa.-----

----- Embora os episódios mais recentes, tenham despertado uma maior atenção sobre o
problema da iluminação pública em Lisboa, incluindo na freguesia de Alvalade, este é
um problema que já se regista algum tempo, pelo que importa, que exista uma
adequada e célere manutenção da iluminação na freguesia, assim como a adequação
da mesma aos locais, atendendo a circulação dos peões, às copas das árvores, das
habitações, dos espaços de convívio e encontro, como as praças e largos, assim como
os locais associados à prática da atividades física.-----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em sessão ordinária a 28
de abril de 2026, delibera instar a Câmara Municipal de Lisboa, a: -----

----- 1. Proceder a reparação e manutenção de todas as luminarias que se encontram
avariadas na freguesia de Alvalade, de forma célere; -----

----- 2. Em articulação com a junta de freguesia de Alvalade, identificar os
arruamentos, parques, praças ou largos, que careçam de reforço da iluminação
pública, do seu reajustamento, ou de uma intervenção ao nível do arvoredo, ou
mobiliário urbano, com vista a reforçar a segurança e o conforto dos arruamentos e de
todos aqueles que os utilizam.-----

----- Lisboa, 28 de abril de 2025 -----
----- Os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Alvalade -----
----- Ricardo Varela, Frederico Lira -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa,
para uma interpelação à Mesa.-----

----- Membro Francisco Costa (Livre) disse que a moção do Livre que versava sobre o
espaço público não só deveria ter sido incluída neste ponto, como tendo sido distribuída
antes das moções da CDU devia ter sido apresentada até antes. Solicitava então para
apresentar essa moção no âmbito deste ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que era muito simples, se pretendesse
apresentar a sua moção não havia tempo para se votar mais nenhuma.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Frederico Lira,
para uma interpelação à Mesa.-----

----- Membro Frederico Lira (CDU) disse que era uma questão que se calhar tinham
que falar em relação aos procedimentos da entrega dos documentos. Realmente o e-mail
que foi da Junta com as moções da CDU entrou primeiro que o e-mail do Membro da
Assembleia Francisco Costa e, portanto, por essa ordem entrou primeiro. Só para
relembrar e para dar esse toque e essa achega de que realmente o procedimento se
calhar não estava a ser o mais simples, se bem que achasse que era bastante simples. ---

----- O Senhor Presidente da Assembleia submeteu à votação a **Recomendação “Pela defesa do espaço público e pelo fim da obstrução de passeios por esplanadas em Alvalade”**, apresentada pelo PAN, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, CDS-PP, CDU, IL, Livre e PAN) e 4 abstenções (PS)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Construção de um Coreto no Parque José Gomes Ferreira”**, apresentada pela IL, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 6 votos contra (PS e CDU), 2 votos a favor (IL) e 10 abstenções (PSD, CDS-PP, Livre e PAN)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Rotunda de Entrecampos Mais Segura”**, apresentada pela CDU e subscrita por PS e Livre, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Moção “Pelo reforço e melhoria da Iluminação pública na Freguesia de Alvalade”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)** disse que, com muita pena sua, queria fazer um protesto sobre a condução dos trabalhos. O critério para a escolha da prioridade e dos grupos das moções a discutir e a votar não foi previamente discutido, não foi claro. O Livre tinha uma moção que versava sobre espaço público, eminentemente, que mais do que as moções sobre estacionamento, propunham soluções para a Freguesia que iam beneficiar muito a população de Alvalade e ela, por um critério que não era claro, foi excluída da discussão neste período antes da ordem do dia. Não podiam deixar de assinalar em ata o protesto. -----

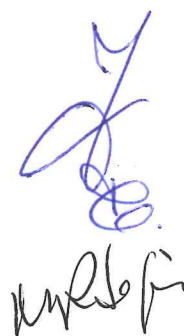
----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que ficou registado. De seguida deu a palavra ao Membro Ricardo Varela, para uma declaração de voto -----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“No contexto daquilo que foi esta proposta da Iniciativa Liberal, nós ficámos ainda na dúvida se a Iniciativa Liberal ainda não está condizente com aquilo que são as funções que tem na Assembleia de Freguesia e no próprio Executivo.-----*

----- *Esta é a segunda iniciativa hoje que pressupõe aquilo que é a própria iniciativa do Executivo. Portanto, das duas uma, ou não tem essa noção ou não tem confiança neste Executivo para executar medidas que estão inscritas, algumas no plano de atividades do Executivo ou então esta ansiedade de querer mostrar e fazer cria aqui alguma baralhação. -----*

----- *Em todo o caso, nós estamos de acordo com a promoção da atividade no Parque José Gomes Ferreira, que valorize o mesmo, que promova a apropriação por parte das pessoas deste espaço público. Aliás, é curiosa a referência ao Projeto 18+, uma vez que foi uma iniciativa construída pela CDU quando assumiu funções no Executivo da Junta e que levou exatamente algumas das suas atividades na altura do Covid a realizarem-se no próprio parque. -----*



----- Parece-nos, contudo, precipitado avançar com a intenção de um coreto sem que seja avaliado o impacto mesmo para a fauna, ainda mais quando existem soluções naturais com características de anfiteatro em zonas do parque que podem acolher estes eventos. Talvez seja mais prioritário a criação de outras infraestruturas, como sendo casas de banho públicas, à semelhança do que acontece no Parque Florestal do Monsanto e que, aí sim, pode ajudar na questão do Projeto 18+ e outras atividades desenvolvidas no próprio parque. -----

----- Recordar ainda, e não podemos deixá-lo de afirmar nesta declaração de voto, que foi aprovada uma recomendação na Assembleia de Freguesia para a concretização e criação de um centro de biodiversidade no Parque José Gomes Ferreira. Pensamos que não deve ficar esquecido nem abandonada esta ideia e parece-nos que isso é efetivamente uma prioridade face àquilo que foi aqui apresentado. -----

----- Por outro lado, e terminando, relembrar que existe um projeto de CDC com vista à requalificação do Parque, que continua por executar. Era importante garantir a articulação e no conjunto o bom uso dos dinheiros públicos e nas intervenções possam vir a surgir, que sejam contempladas estas e outras. " -----

----- Continuando, disse que tendo em conta que foi apresentado o voto sobre o 25 de Abril do PSD, estavam em condições de votar se assim o entendessem, embora estar em cima da hora, mas como já foi apresentado era só para manifestar essa disponibilidade. -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que essa questão já tinha ficado ultrapassada. -----

----- Agradeceu a todos a colaboração, foi difícil a gestão do tempo, mas chegaram ao fim e, apesar de tudo, discutiram e aprovaram um grande número de moções, votos e recomendações. -----

----- As restantes que ficaram por discutir e votar não iam para o lixo da história, estavam todas já programadas para a sessão de junho e por isso com grande antecedência ficam já agendadas. Isso já aconteceu uma vez a uma moção do CDS-PP, que apresentou uma que também não pôde ser discutida e foi logo agendada para a sessão seguinte. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que de facto já tinha acontecido com o CDS. -----

----- Enviavam os documentos com uma semana de antecedência e não entendia por que teriam de ficar para a outra sessão, mas compreendia. Esperava, sinceramente, que fosse para manter os sessenta minutos do PAOD no futuro, contrariamente ao que aconteceu no passado. Estariam lá para lembrar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que também se recordaria. De seguida passou ao -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 106/2026, relativa à designação do auditor externo pela certificação legal de contas;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Tesoureiro. -----

----- **O Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que essa proposta visava para o ano de 2026 a continuidade do atual revisor oficial de contas, que era a Sociedade Telma Carreira Curado e Associados. -----

----- Podia dizer que, por exemplo, todo esse processo que ia ser ali apresentado de prestação de contas e de Orçamento teve um trabalho com o revisor oficial de contas e equipa das finanças que durou cerca de três meses, um pouco mais. -----

----- A qualidade da informação que dispunham e que era apresentada nos documentos distribuídos e que tiveram a oportunidade de ler, de estudar, essa era a qualidade da informação, assim como a sua robustez e os mecanismos de controlo desses mesmos números, desses mesmos dados. Na forma também como acompanhavam nas finanças a tesouraria, na capacidade que tinham atualmente de detetar sinais de fragilidade antes desses se transformarem em problemas de maior grau de dificuldade. -----

----- Era também o papel do Revisor Oficial de Contas e esse papel tinha, no trabalho que desenvolviam na área financeira da Junta, uma importância acrescida. Até porque viviam também, como todos sabiam, tempos de maior incerteza, onde a transparência financeira deixava de ser apenas uma exigência legal para se afirmar como um verdadeiro ativo estratégico. -----

----- Esse trabalho que faziam, não se tratava apenas de validar números ou de assegurar a conformidade dos mesmos, tratava-se de reforçar a confiança, melhorar os processos, identificar fragilidades, apoiar a leitura do risco e ajudar a construir decisões mais sólidas. Era esse trabalho do revisor oficial de contas que trabalhava com a Junta de Freguesia de Alvalade, que se sentiam bastante confortáveis, bastante apoiados, já os acompanhava há cinco anos. -----

----- Esse ano 2026 seria o sexto ano e consideravam que pela segurança que transmitia, pela qualidade do trabalho que desenvolvia e pelo cumprimento dos prazos que tinham sempre por parte desse revisor oficial de contas, fazia em boa defesa da Junta de Freguesia de Alvalade todo o sentido dar continuidade a esse revisor oficial de contas. --

--- A proposta número 106 dizia isso mesmo, era propor a essa Junta que submetesse à Assembleia a nomeação da entidade Telma Carreira Curado e Associados como auditor externo para 2026. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 106/2026, relativa à designação do auditor externo pela certificação legal de contas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 17 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, CDU, IL e BE) e 1 abstenção (Livre) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Frederico Lira, para uma declaração de voto. -----

----- **Membro Frederico Lira (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Só para dizer que, obviamente, votámos a favor. Tem estado já há bastantes anos em colaboração, julgo que ainda não passaram os prazos legais de manutenção em trabalho, em contrato contínuo com uma Junta. -----*

----- *Há essas regras. Mas também só notar que parece-me que esta aprovação também já devia ter sido feita para poderem aprovar as contas deste ano, porque tem que ter um prazo a aprovação do ROC antes de serem as contas. -----*

----- *Obviamente, como já vinha de trás, não vemos nenhuma oposição nisso e, portanto, aprovámos.” -----*

----- **Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 104/2026, relativa aos documentos de prestação de contas do ano de 2025;** -----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 105/2026, relativa à 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026;** -----

----- **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 94/2026, relativa à 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia;** -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** referiu que de seguida iriam, como é habitual, discutir em conjunto os Pontos 2, 3 e 4 da OT, embora a votação dos mesmos fosse feita em separado. Deu a palavra ao Senhor Tesoureiro.-----

----- O **Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que dada a importância também do tema, estavam a falar de prestação de contas, estavam a falar de Orçamento de 2026, Mapa de Pessoal, portanto, não querendo prolongar no tempo, pensava que se justificava uma abordagem um bocadinho mais detalhada.-----

----- Dar nota ao Membro Frederico Lira que aprovaram o ROC para 2025 a 4 de setembro, estavam a 28 de abril. Portanto, estavam a melhorar significativamente o que tinham vindo a fazer.-----

----- Em relação à proposta número 104, contas de 2025, voltava a frisar que os documentos eram muitos, eram extensos, implicava algum investimento de tempo na leitura dos mesmos. Compreendia também que em termos quantitativos numéricos, às vezes, para quem não lidava com eles todos os dias, que não fosse de uma apreensão imediata e como tal fazia sentido dar ali uns pontos principais em relação às contas de 2025.-----

----- Nesses documentos revelava-se uma execução da receita na ordem dos 78%, muito próxima do montante previsto, exceto no contrato de delegação de competências em vigor com o Município de Lisboa. Tinham uma execução realizada de despesa de cerca de 67,1%. Tinham executado em relação a 2025 cerca de 68,2% do investimento total previsto, nomeadamente nesse espaço onde se encontravam, numa nova viatura para os serviços de higiene urbana e numa nova viatura para o transporte solidário dos fregueses.-----

----- As orgânicas da Junta com maior ênfase no montante da despesa eram a divisão de espaço público e equipamentos e os serviços de higiene urbana, como era naturalmente apanágio de quem facilmente visualizava o número de recursos humanos envolvidos e o número de equipamentos e o número de equipamentos mecânicos também envolvidos para o desempenho dos trabalhos, assim como o montante médio dos investimentos efetuados.-----

----- Nessas contas de 2025 revelava-se também o aumento dos gastos com pessoal, nomeadamente dado o impacto do aumento da tabela remuneratória da função pública, mas também com o aumento de vagas no Mapa de Pessoal.-----

----- As contas de 2025 revelavam também o resultado líquido positivo de cerca de 23.129,29 euros.-----

----- Os impostos, as contribuições e as taxas aumentaram cerca de 1% face ao ano de 2024. Prestação de serviços diminuíram cerca de 52% face a 2024. Transferências e subsídios correntes obtidos, um aumento de cerca de 6%, obtidos por parte da Junta de Freguesia. Transferências e subsídios concedidos, uma diminuição de 24% face a 2024. Fornecimentos de serviços externos, aumento de 2%, aumento esse que acompanhava o valor de 2% da inflação. Esses os traços gerais em relação à prestação de contas de 2025.-----

----- Naturalmente depois, quando colocassem as questões e para passar à questão do Orçamento de 2026, poderia depois responder às questões de forma mais individualizada, ou mais detalhada ainda.-----

----- No Orçamento de 2026 que era apresentado tinham a introdução do saldo de gerência no valor de 1.355.123,67 euros. Havia uma correção do valor do contrato de delegação de competências no montante de 791.600,97 euros, conforme a última revisão das intervenções junto da Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Financiamento dos projetos inscritos no Orçamento inicial, cerca de 365.700 euros. Distribuição pelas rubricas do montante de 103.475,13 euros, relativos a faturas por

pagar a 31 de dezembro de 2025. Portanto, a 31 de dezembro de 2025 tinham 103.000 euros, sensivelmente, de faturas por pagar. -----

----- Outras alterações visíveis nas rubricas face ao Orçamento aprovado em 2025 resultavam da alteração orçamental que era feita em janeiro, de forma a acomodar as faturas e os compromissos que transitavam de ano, de 2025 para 2026, bem como alguma necessidade de troca entre rubricas da mesma orgânica para acomodar cabimentos que, entretanto, foram solicitados. Naturalmente, era algo dinâmico, não terminava porque era 31 de dezembro e no dia seguinte era dia 1 de janeiro, era uma máquina que estava todos os dias em funcionamento e que tinham que ir acomodando os novos pedidos. -----

----- Esses eram os pontos principais de destaque que queria dar em relação ao ponto número 2. -----

----- No que se referia à proposta número 94, era um documento que tinha vindo a sofrer nos últimos anos melhorias. O Mapa de Pessoal essencialmente retinha intervenções em três áreas principais, em duas divisões e nos serviços de higiene urbana. No espaço público, se bem recordavam, na última Assembleia de Freguesia foi aprovada uma nova reorganização orgânica da Junta que implicou o aglomerar dos pelouros de intervenção local, ou seja, que tinham um trabalho externo, que tinham uma visibilidade externa, que tinham como o nome indicava intervenção local, em que decidiram juntar esses pelouros todos numa nova divisão, a divisão de intervenção local e que obrigou naturalmente de forma positiva, de forma naturalmente deliberada e foi com esse propósito fazer também subir muitos dos recursos humanos em termos de responsabilidades, fosse de competências, fosse de responsabilidades de management, fosse de responsabilidades de liderança e de chefia. -----

----- Isso obrigou, ao fazer evoluir os quadros, outros postos de trabalho ficaram em aberto desses quadros que evoluíram e isso obrigou a uma atualização do Mapa de Pessoal que foi distribuído para o presente, mas também para o futuro, onde tentavam já prever algumas necessidades futuras. Os impactos eram essencialmente na divisão de espaço público e equipamentos, nos serviços de higiene urbana e na divisão administrativa. -----

----- Destacava o espaço público e equipamentos e os serviços de higiene urbana porque naturalmente, em particular esses últimos eram sempre e bem alvo de um trabalho ao longo do ano também ali nessa Assembleia de Freguesia, onde os temas da higiene urbana, os temas do espaço público, diria que eram sempre mais abordados do que propriamente os temas relacionados com os pelouros de intervenção local. -----

----- Havia uma predominância dos temas do espaço público e dos serviços de higiene urbana e que nos últimos anos, em particular em 2025, reforçando muito em 2026, tinham vindo a dotar o quadro do Mapa Pessoal desses serviços de forma mais consistente, procurando ter posições onde as pessoas também que entravam nesses lugares tivessem mais competências e pudessem, naturalmente, servir melhor a Junta e o território de Alvalade. -----

----- Dava essa fotografia daquilo que foi o trabalho que fizeram e que pretendiam aportar e mostrar o trabalho de três meses em dez ou quinze minutos até o deixava um bocadinho desconsolado, para ser sincero, porque existia um conjunto muito grande de trabalhadores da Junta nos serviços das finanças, nos serviços dos recursos humanos, em toda a divisão administrativa, que estavam por trás da elaboração desses documentos do próprio revisor oficial de contas, como também ali já tivera oportunidade de falar. ---

----- Levava esse dossier, como viram com alguma dificuldade, eram dezenas e dezenas ou centenas de páginas de trabalho efetuado e que queria só, para terminar, congratular



nomeadamente a equipa de finanças que elaborou esses documentos que foram distribuídos. Ficava disponível, naturalmente, para as questões. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Francisco Costa.--

----- Membro Francisco Costa (Livre) agradeceu ao Senhor Vogal Tesoureiro pela apresentação. Gostaria de agradecer o envio da documentação, pedir que de uma próxima vez, porque ela era extensa, que fosse remetida com a máxima antecedência possível, para permitir uma análise tão detalhada como ela merecia. -----

----- Tinham um conjunto de questões a colocar ao Executivo e gostava de deixar uma sugestão. Algumas das perguntas tinham um teor político, mas algumas seriam sobretudo técnicas e, portanto, era útil no próximo ano ser marcada uma reunião de direito de oposição para esclarecer as questões técnicas, para depois ali terem mais tempo para o PAOD e para discutir todos os temas que ali queriam discutir. Assim sendo, passava às perguntas concretas, primeiro sobre o resultado global.-----

----- O resultado global apresentado era negativo, tanto o saldo corrente como o de capital apresentavam um défice com forte deterioração face a 2024. Foi graças ao saldo de gerência de 2024 que era possível executar o valor da despesa de 2025. Portanto, o saldo global era negativo em 720 mil euros e queria perceber a razão. Houve quebras acentuadas na receita e a despesa corrente cresceu na ordem dos 7%, segundo conseguia perceber e gostava de perguntar se deviam ficar preocupados com a saúde financeira da Junta de Freguesia. Era uma pergunta sincera, não era um ataque político, porque gostava de perceber exatamente esses fluxos entre a receita e a despesa. -----

----- A venda de bens contraiu 29%, taxas e multas caíram 30% e foi inferior ao valor de 2024, mesmo excluindo a perda de receita do parque de estacionamento no mercado e não podia deixar de o referir. Estava inscrita no Orçamento uma verba de 160 mil euros correspondente à perda de receita do mercado e ela foi de zero euros. Gostava de perceber em que ponto estavam as negociações com a Câmara para que essa compensação fosse feita.-----

----- Já há pouco aludiram ao facto dessa privatização do parque de estacionamento do Mercado Alvalade Norte ter sido duplamente pernicioso, perderam-se lugares para os comerciantes, perderam-se lugares para os moradores que ficaram mais caros e a Junta perdia 160 mil euros anuais de receita. Não compreendia o racional e gostava de perceber qual era o ponto de situação quanto à compensação sobre a privatização do parque. -----

----- Gostava também de perceber qual era a razão dessa quebra de receitas das taxas e multas e da venda de bens e serviços. As demonstrações orçamentais, a rubrica R10 tinha ali uma indemnização de 200 mil euros e queria perceber exatamente o que era, porque não ia descrito. Depois, nessas referências da administração local houve uma quebra de receita superior a 50% e também queria perceber porque isso aconteceu.-----

----- Tinham os CDCs e não podiam deixar de perguntar por que razão era uma execução tão baixa nos CDCs com a Câmara Municipal de Lisboa. Segundo os números apresentados, ficaram por executar 2.2 milhões de euros da receita relativa a esses contratos. Segundo conseguiam perceber, em 2025 a terceira prestação dos CDCs não foi paga porque não atingiu uma execução de despesa de 45% antes do final do ano. Gostava de perceber o que correu mal para não atingirem essa execução, se eram uma Freguesia assim tão rica para poder abdicar de 2 milhões de euros de investimento num só ano e qual era o plano para acelerar a execução dos CDCs, para evitar que esse ano essa não execução da verba acontecesse. -----

----- Relativamente à despesa, a taxa de execução global ficou apenas nos 67%, depois de já ter sido anormalmente baixa em 2024, 65,3%. Isso comparado com valores superiores a 80% em anos anteriores. Importava perceber se estavam numa situação de

falta de meios humanos, de constrangimentos conjunturais que impediram maiores taxas de execução, ou se havia de facto um problema de sub-orçamentação e se estava a entrar num ciclo de dependência da incorporação sucessiva de saldos de gerência. -----

----- Em relação às rubricas concretas na execução de despesa, o CDC 23-25 dos novos equipamentos culturais, de apoio à criação de novos públicos no edifício municipal Moniz Barreto, tinha 200 mil euros de dotação e 0% de execução, gostava de perceber porquê. A requalificação do espaço público também tinha execuções muito baixas e gostava de perceber porquê. -----

----- Havia 374 mil euros inscritos para a Praça de Alvalade, foi executado 50% e gostava de perceber o que já foi executado, qual era o custo final da obra e em que ponto estavam na Praça de Alvalade, que era um projeto que suscitou muitíssimas críticas dos fregueses. -----

----- As execuções também baixas, ou mais baixas, nos programas de educação e desporto. Na página 11 das demonstrações orçamentais, em particular as oficinas desportivas para crianças e educação artística, gostava de perceber por que razão baixaram as execuções dessas rubricas. -----

----- Em detalhe de contratos específicos, em alguns casos havia a opção de contratação através de procedimentos de consulta prévia e não de concurso público em empreitadas de obras públicas com valor superior a 100 mil euros, como o contrato C-25-1381, do 583 e do 675. Havia 12 adjudicações de empreitadas por consulta prévia que totalizavam mais de 1 milhão de euros, cujo preço médio contratual se situava nos 89 mil euros e, portanto, gostava de saber porquê essa verba era adjudicada por consulta prévia e não por concurso público. -----

----- Depois, os apoios concedidos pela Junta de Freguesia só pagaram metade da verba orçamentada no FES e não receberam dinheiro nenhum da Câmara Municipal de Lisboa. Gostava de perceber porquê, porque o FES não entrou como receita e só saiu metade da despesa, se estavam ou não a chegar às famílias que mais precisavam da Freguesia de Alvalade. -----

----- Depois, saber quais os critérios de atribuição dos apoios às associações em 2025 e se havia um relatório, porque achavam que isso era importante também fazer parte do relatório e contas, todos os pedidos recebidos e os resultados de cada avaliação e principalmente as razões dos pedidos indeferidos, quanto foram e quais as razões dos seus indeferimentos. Também saber porque houve uma redução nos apoios de 80 mil euros face a 2024, se houve menos pedidos, se houve menos capacidade de resposta, o que se passou. -----

----- Nos apoios à cultura ficaram por executar 32% das verbas e, portanto, gostaria de perceber se foi falta de pedidos aprovados ou falta de capacidade de resposta aos pedidos. -----

----- Uma nota final sobre a transição e adaptação climática que estava omissa desse documento e, portanto, gostava de perceber. Não havia nenhuma rubrica específica, o que foi feito em 2025 em termos de transição climática e instavam o Executivo a fazer mais. Tinham uma moção também sobre isso, gostavam de ter apresentado nesse dia, sobre a transição climática, mas não foi possível e, portanto, gostavam de ver Alvalade avançar também nesse sentido. -----

----- Quanto à apresentação da alteração orçamental, a redação dessas propostas era demasiado críptica muitas vezes, ela não tinha informação suficiente para quem estava de fora perceber sequer de que se tratava, das alterações ao Mapa do Pessoal, mesmo da alteração orçamental ficara bastante mais elucidado pela explicação do Vogal Tesoureiro do que aquilo que ia no texto da proposta. Para quem tinha que analisar isso

previamente ajudava ter uma proposta que descrevesse minimamente aquilo que se queria aprovar. -----

----- Tinha uma dúvida sobre aquilo que foi dito da alteração orçamental, que era na correção do CDC uma diferença de 700 mil euros. Não percebia se era positivo ou negativo, se entrava positivamente como receita ou negativamente como receita, ou se positivamente como despesa ou negativamente como despesa.-----

----- Quanto ao mapa do pessoal, na apresentação também não ficou claro em termos de quantas pessoas entraram e quantas pessoas saíram, não ficou claro quanto ao aumento ou não do quadro e gostava de ver essa questão clarificada. -----

----- Pedia desculpa por se ter alongado, mas eram muitos documentos com muito detalhe e, portanto, mereceram a melhor atenção. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Carlos Rêgo. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que o CDS queria realçar alguns pontos centrais nesse relatório de atividades de 2025, desde logo a gestão financeira com estabilidade. Esse relatório demonstrava uma Junta financeiramente estável, com um Orçamento de cerca de 11.7 milhões de euros, superior ao de 2024, e uma receita cobrada na ordem dos 78%. -----

----- Era importante destacar que a despesa com pessoal, que representava cerca de 34% do Orçamento, era abaixo daquela referência de 40%, o que mostrava uma Junta que mantinha margem para investir em serviços e equipamentos de interesse do território. A Junta não estava financeiramente capturada pelas despesas estruturais, mantinha capacidade para prestar serviços, investir e responder às necessidades da Freguesia. -----

----- Ainda em relação ao investimento em equipamentos e acessibilidades, de saudar que o relatório fazia referência à reabilitação desse centro, do Edmundo Pedro, era um investimento com utilidade concreta, equipamentos melhores, mais acessíveis e ao serviço da comunidade essencialmente. -----

----- Havia um reforço de serviços à população, quer na aquisição de viaturas para a higiene urbana, quer de transporte solidário, e nunca era demais realçar que a proximidade não se fazia apenas com intenções políticas, fazia com equipas, viaturas, meios operacionais, capacidade real de resposta e isso estava refletido ali nesse relatório. -----

----- Um ponto ao qual o CDS era muito caro, a educação, juventude, envelhecimento ativo, era um relatório que valorizava os programas como o Alvalade em Férias, nas componentes de crianças e jovens, Páscoa e Verão, bem como o Alvalade em Férias Sénior e a Universidade Sénior de Briosos de Alvalade. Esses programas apoiavam famílias, promoviam a ocupação saudável nos tempos livres, combatiam o isolamento e reforçavam os laços comunitários. Isso para o CDS era uma dimensão essencial, apoiar famílias, acompanhar os mais jovens e valorizar os seniores. -----

----- Também o relatório fazia referência a uma transferência na ordem de 252 mil euros para entidades da Freguesia nas áreas sociais, culturais, educativa e desportiva. Esse era um ponto politicamente muito forte para o CDS, a Junta não substituíra a sociedade civil, mas apoiava escolas, associações, clubes, instituições sociais e projetos para a comunidade. -----

----- Verificava apenas um ponto ao qual solicitavam que o Executivo desse alguma publicidade e que tinha a ver com os apoios sociais, maior publicidade com o objetivo de chegar a mais gente.-----

----- Portanto, em síntese, esse relatório demonstrava uma estabilidade financeira, investimento em equipamentos, reforço dos serviços no terreno, apoio às famílias, aos jovens, aos seniores, às instituições e ao movimento associativo. Para o CDS esses eram

sinais claros de uma Junta presente, responsável e comprometida com a qualidade de vida em Alvalade. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Ricardo Varela.---

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que algumas das preocupações e questões que tinham para colocar já foram ali colocadas em intervenções que antecederam, mas começava por dizer que assumiam claramente que estavam a falar de um documento técnico e do ponto de vista técnico e daquilo que era o relatório de contas o próprio ROC acabava por aferir e legitimá-lo. Portanto, aquilo que importava era efetivamente associar aquilo que era esse relatório técnico ou esse relatório de contas àquilo que era o plano de atividades e à atividade que a Junta fez. -----

----- Era com esse pressuposto que faziam essa avaliação e essa avaliação passava desde logo pelos números grandes da receita e da despesa e os valores ali colocados efetivamente pareciam não ser os mais animadores. Diziam isso no contexto daquilo que era a perceção que depois tiveram no contexto desse último ano, estavam a referir ao ano de 2025 sobre, efetivamente, aquilo que foram coisas que poderiam ter feito mais e que ficou por fazer. -----

----- O Senhor Tesoureiro fez ali um conjunto de indicações sobre aquilo que foi o aumento dos trabalhadores, de contratação de equipamentos, que valorizavam, mas o feedback que continuavam a ter de alguns dos fregueses era que, efetivamente, continuavam a persistir alguns problemas no contexto daquilo que era a limpeza e a higiene urbana, que continuavam a existir problemas no que dizia respeito à preservação e conservação do espaço público, continuavam a existir problemas no que dizia respeito à questão da manutenção e conservação dos espaços verdes e, portanto, essa execução de forma geral, não entrando rubrica a rubrica, acabava por também demonstrar alguns dos problemas que tinham vindo a referir. -----

----- Acrescia a essa situação aquilo que o próprio ROC fazia referência, que era o facto de não ter sido cumprido o princípio do equilíbrio orçamental no que dizia respeito às contas, que poderia eventualmente levar problemas, pesasse embora ele estar justificado e compreendiam. A receita que estava em posse da Freguesia e aquilo que foi a despesa face à contratação de serviços que estava inerente à receita que já estava na posse e que não entrava como receita, entrava como o saldo que estava na posse, mas essa questão tinha um outro problema que também já colocaram anteriormente. Essencialmente, isso devia-se àquilo que eram os contratos de delegação de competências e contratos interadministrativos em termos da Câmara Municipal e essa situação da Junta andar a sobrepor ou a avançar com aquilo que eram as suas receitas face àquilo que eram as obrigações da Câmara, isso preocupava. -----

----- Se estavam recordados, ainda no lançamento do Orçamento para 2026 colocaram essa situação, o grau de variável de um Orçamento era sempre o que era, porque eram projeções, mas sabiam antemão do histórico e esse relatório foi ali também provar que efetivamente a Câmara não tinha cumprido antecipadamente com o que eram as obrigações e havia consequências e era evidente no contexto daquilo que era esse relatório e o qual criticavam. A par disso, essa era a responsabilidade da Câmara, a responsabilidade da Junta era a própria capacidade de execução e aí destacava mais uma vez a questão dos projetos. Fizeram-no antes, do ponto de vista daquilo que era a participação, a discussão pública e a apresentação dos mesmos à população, que não aconteceu em grande parte deles, mas também era verdade que em parte eles acabaram por não avançar. -----

----- Dois grandes projetos, o Parque de José Gomes Ferreira e o próprio logradouro dos Corucheus, eram daqueles que acabavam por inflecionar esses números pela falta de execução. Eram iniciativas que a Junta assumia por contrato de delegação de



competências, não sendo feito pela Câmara, mas que acabou por não ser feito também pela Junta e, portanto, criava ali um problema. Talvez por isso a própria Iniciativa Liberal tivesse apresentado uma moção a propósito de uma situação específica do Parque José Gomes Ferreira, dessa fé de conseguir ou não conseguir executar e nesse caso nem o coreto ia lá estar, se calhar.-----

----- Posto isso, no contexto daquilo que tinha sido a intervenção e que foi no último ano, as preocupações que tinham vindo a levantar eram condizentes com o relatório apresentado. Portanto, estavam a falar de questões políticas.-----

----- No contexto da receita, já ali foi referido, mas efetivamente estava identificado também, 48.697 mil euros que eram receita do estacionamento do mercado que acabou por não entrar. Era algo que já debateram, já falaram, tinha a ideia que na última Assembleia o Senhor Presidente disse que estava em negociações, ou estava para ir, mas mais uma vez era uma situação inflacionada por uma opção que foi de colocar a construção do parque por via de uma entidade privada e todos os impactos. Já o colocaram na última Assembleia de Freguesia, já o colocaram por requerimento, já receberam resposta do requerimento do Senhor Presidente, não ficaram satisfeitos, mas continuariam a lutar por outro tipo de modelo de gestão.-----

----- Quando estavam a falar da questão da alteração ao orçamento, preocupava uma situação e para a qual solicitavam também esclarecimentos que tinham a ver com a alteração das rubricas referentes exatamente aos CDCs do Parque José Gomes Ferreira e do logradouro. Havia uma alteração significativa em termos de redução do investimento do Parque José Gomes Ferreira e uma valorização no contexto daquilo que era o logradouro dos Coruchéus. Entre uma coisa e a outra, aquilo que já foi executado nos CDCs, sendo e conhecendo que existia uma flexibilidade naquilo que era a utilização desse instrumento da Câmara, parecia haver ali alguma coisa que iria ficar por fazer e a questão era o que iria ficar por fazer.-----

----- Recordava que disseram na altura do lançamento do Orçamento de 2026, e isso tinha reflexo nas contas de 2025, que era a utilização inclusive de dinheiros provenientes dos CDCs para a realização de atividades próprias da Junta, nomeadamente os projetos da área da educação, a financiar atividades próprias, o que não era uma delegação e, portanto, associando-o a outras despesas, saber o que iria acontecer, porque aquilo que aparentemente demonstrava e com aquilo que foi dito pelo Senhor Tesoureiro, acomodar as despesas, os cabimentos que já existiam, o que iria acabar por acontecer no contexto dos CDCs.-----

----- Com esse outro alerta que colocavam, que era em bom rigor não haver contrato de delegação de competências em vigor, os mesmos caíram com o mandato. O Senhor Presidente no direito de oposição no Orçamento disse que estavam a ser preparados, mas até agora, passados cerca de seis meses desde o início do novo mandato, não receberam nenhuma informação.-----

----- Havia dois pontos na ordem de trabalhos dessa reunião que tinham a ver com contratos inter-administrativos, decorrente da receita da taxa turística, e um outro CDC dos espaços verdes, dos espaços expectantes, mas tudo receitas referentes a 2025 e daí a razão da demonstração financeira ter esses problemas. Portanto, era uma preocupação no contexto de 2026, já o colocaram, no caso em particular da receita do contrato de inter-administrativo já estavam com seis meses de atraso novamente, da Câmara, com aquela perspetiva que afirmaram na altura do Orçamento, o que iria acontecer à higiene urbana na divisão de competências.-----

----- Não tinha ideia se foi essa semana ou a semana passada, a Câmara aprovou uma proposta para aquisição de viaturas para fazer limpeza em volta dos eco-pontos e eco-ilhas, uma delegação que estava delegada nas Juntas de Freguesia e, portanto,

preocupava essa situação no sentido de acautelar e acima de tudo preocupava a capacidade de intervir e de lutar e tomar ali uma posição da Junta de Freguesia face à Câmara Municipal de Lisboa naquilo que era o cumprimento dos seus compromissos e naquilo que era a clarificação dessas situações, porque não era bom para ninguém. Não era para a Junta, não era para a Câmara, mas essencialmente não era para os fregueses porque isso tinha impacto naquilo depois que eram os serviços prestados. -----

----- Por último, colocar ainda que não podiam deixar de valorizar a questão do Mapa de Pessoal. Havia um dado que o Senhor Tesoureiro não referiu e que referiram, que era o aumento do número de trabalhadores em funções efetivas na área da higiene urbana. Era algo que se debateram no último Orçamento, no que dizia respeito ao aumento das vagas na área da higiene urbana e consequentemente o lançamento dos concursos. -----

----- Isso já estava a reflexo do Mapa de Pessoal, nomeadamente no que dizia respeito ao preenchimento das vagas que estavam vagas, presumiam que isso tinha a ver com a conclusão do processo de contratação dos trabalhadores, valorizavam isso, foi algo que colocaram, votaram, acima de tudo os trabalhadores também lutaram e, portanto, valia a pena a CDU continuar a intervir e a colocar. -----

----- Continuando a intervir a CDU, não voltavam a referir aquilo que disseram em dezembro, que era também as assistentes operacionais na área da educação, as auxiliares de ação educativa, existiam vagas por preencher, havia pessoas a desempenhar funções certas e permanentes em salas de jardins de infância. Importava igualmente lançar os concursos com vista a que eles pudessem ser preenchidos e continuar a fazer o processo que foi feito na área da higiene urbana, fazer exatamente para o mesmo. Não estavam a falar de trabalhadores afetos a situações de crianças com necessidades de saúde especial, eram salas que estavam fixas, elas não iam fechar, assim o previa a Carta Educativa da Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, era importante também. Lançavam esse desafio, que pudesse igualmente avançar-se com essa situação. -----

----- A par disso, não tinham essa percepção, pesasse embora concordarem de forma geral da dificuldade da avaliação dos documentos em alguns momentos. Por via da experiência que tiveram em termos do Executivo da Junta, tinham alguma percepção melhor daquilo que era alguma da informação, mas concordando com algumas das questões foram ali colocadas, efetivamente às vezes havia um grau de informação, acima de tudo clarificar aquilo que eram as alterações provenientes de uns anos para os outros, em termos de um enquadramento dos documentos que eles não existiam. Mesmo assim, tentaram fazer, percebiam que havia um aumento de cinco vagas em termos de preenchimento no quadro de pessoal, foi o que pareceu em termos comparativos de um ano para o outro, que valorizavam, embora continuassem a dizer que era importante valorizar os trabalhadores, mas também era importante dar-lhes as condições e, acima de tudo, reforçar as equipas no sentido de que realmente o trabalho fosse feito, mas não à custa de um excesso ou um grau de exigência que, por vezes, podia ser colocado em equipas que podiam estar subvalorizadas ou não estarem devidamente compostas. -----

----- Diziam isso de forma construtiva, quem estava no terreno, estava no dia-a-dia e tinha uma maior percepção disso e era para isso que queriam acima de tudo alertar, para efetivamente poder haver esse reforço. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

----- O **Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente ao direito da oposição, não só estava previsto na revisão orçamental, em futuras ocasiões podiam eventualmente fazer uma reunião técnica para prestar esclarecimentos nos próximos anos. -----

----- Relativamente ao tema do déficit existente entre receita corrente e despesa corrente, tinha a ver com as transferências do CDC de mandato, em que efetivamente não estavam cumpridas as despesas faturadas, não era as executadas, faturadas pela

parte dos empreiteiros, não cumpriam os 45% e, então, não receberam o reforço da tranche, mas isso podia ser olhado também num sinal positivo que mostrava que a Junta tinha capacidade financeira para executar, sabendo naturalmente que ia receber mais tarde ou mais cedo o dinheiro que estava contratualizado com o Município de Lisboa. --

----- Aproveitando que estavam a falar de CDCs, efetivamente ia haver, ou já foi negociado o término do CDC do mandato anterior até ao final do ano, uma reorganização dos projetos, o projeto para o Parque José Gomes Ferreira, a sua execução da empreitada não ia ser realizada por esse Executivo no âmbito desse CDC de mandato que terminaria no final de dezembro. Não havia tempo útil para o fazer, mas deixar a nota que todos os projetos foram realizados, estava pronto para lançar concurso. -----

----- Aliás, já tinham lançado dois concursos públicos de empreitada para a execução desses projetos que estavam prontos, validados pela Câmara. Também notar que estiveram três anos a discutir com o Município de Lisboa e com os seus técnicos nas suas várias valências, para ter um projeto bastante completo e elogiado pelos técnicos e especialistas da Câmara Municipal de Lisboa, em que foram feitos vários estudos de levantamento das espécies no Parque José Gomes Ferreira, foram investidos quase 100 mil euros em projetos, fosse em projetos de arquitetura paisagista, fosse nos projetos de execução e, portanto, foi feito muito trabalho, foi partida muita pedra e agora a Câmara Municipal tinha a seu cargo esse estudo e poderia executar essa obra. -----

----- Relembrava que o Parque José Gomes Ferreira era um parque florestal da competência da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia nesse caso tinha a sua manutenção corrente. -----

----- Também dizer que em tempo útil não iam executar a obra do Moniz Barreto, por várias circunstâncias, também porque estava a haver obras no seu interior e, portanto, não haveria, no próximo CDC tentariam incluir essa obra. -----

----- Foi feito um reforço nos Coruchéus, estava pronto para a obra começar e começaria nos próximos dias. Houve mais surpresas do que aquelas que esperavam aquando da preparação do terreno ou da modelação do terreno para iniciar a obra, foi necessário fazer outras intervenções e preparar para realizar essas intervenções antes da entrada do empreiteiro geral, mas essa obra ia acontecer. -----

----- A execução do FES não tinha sido por falta de capacidade dos serviços, todos os pedidos que tinham chegado à Junta de Freguesia eram respondidos. Havia um regulamento, fosse do FES da Freguesia, fosse do FES Recuperar Lisboa no âmbito do contrato de delegação de competências na Câmara Municipal. Tinham valores negativos de receita, mais uma vez não houve recebimento do valor e, portanto, era um valor que iriam receber, só não estava refletido nas contas de 2025 porque não foi pago. -----

----- Mais uma vez demonstrava também que a Junta de Freguesia não deixava de responder a quem mais precisava por não ter havido efetivo pagamento por parte do Município de Lisboa. Partilhava, naturalmente, a preocupação do Membro Ricardo Varela, que já iam em final de abril e a negociação dos CDCs ou dos principais, fosse na área de higiene urbana, que iam continuar no ano de 2026, supostamente na recolha de eco-ilhas só para 2027 haveria a inversão do modelo que estavam habituados a ver, isso seria uma negociação entre as partes. -----

----- O CDC dos espaços verdes, a expectativa e aquilo que foi dito e certamente a todas as Juntas de Freguesia, incluindo aquela que a CDU era poder, era que iriam continuar no modelo que estavam a discutir agora, era a revisão dos critérios avaliados, cada tipo de espaço verde, para que houvesse uma transferência de receita efetiva com os custos que as Juntas de Freguesia estavam a ter com os espaços expectantes. Uns já não eram

assim tão expectantes quanto isso e outros não foram na reforma administrativa por lapso de ambas as partes, diria. -----

----- Relativamente à redução das taxas, multas e outras penalidades, uma rúbrica da receita, tinha que ver por duas ordens de razão maioritariamente, uma era do parque de estacionamento José Gomes Ferreira, naturalmente não entrou ainda o CDC, não entrou à data de 2025 o CDC que estava previsto dos 100 mil euros. Era um tema que continuavam a negociar com a Câmara, era um tema difícil do ponto de vista de convencer a Câmara qual a melhor forma de compensação das Juntas, já deram várias alternativas que também em outras Assembleias já tivera a oportunidade de partilhar com os Membros da Assembleia de Freguesia. -----

----- Tinha que ver com outro tema, enquanto o parque de estacionamento estava em construção, como se bem lembravam, a Assembleia de Freguesia deu redução de taxas na ordem dos 50%, de janeiro a setembro foi assumido em 30% pela Câmara Municipal de Lisboa através do CDC já pago e os outros 20% foram absorvidos pelo Orçamento da Junta de Freguesia de Alvalade. Acontecia, porém, que o parque abriu dia 27 de setembro e entre outubro a dezembro a Junta de Freguesia decidiu, também a Assembleia de Freguesia, dar a isenção de taxas em 50%, aí a 100% assumidas pelo Orçamento da Junta e isso justificava os 262 mil euros de variação, menos 30%. -----

----- Dar nota também, era importante referir que o Mapa de Pessoal, só para terem uma ideia, entre 2024 e 2025 aumentaram o número de trabalhadores na Junta de Freguesia em 14, um aumento de quase 400 mil euros em salários ou remunerações ou custos ligados a essas remunerações. Tinha a ver com o aumento do número de trabalhadores, mas também com o aumento das tabelas remuneratórias da administração pública e também de algumas progressões legais de carreira, fossem também horas extra que os trabalhadores fizeram a mais ou isenções de horário de trabalho que foram necessários dar aos trabalhadores de alguns serviços da Junta de Freguesia. -----

----- Também referir, só para terem uma ideia, o Executivo passado e esse Executivo, quando entrou na Junta de Freguesia em 2021, em outubro de 2021, a Freguesia tinha 128 lugares no quadro previstos e ocupados 119. Atualmente, à data de 2026, tinham mais 22 lugares previstos, ou seja, 150 e mais 12 lugares ocupados. Isso na higiene urbana era ainda mais relevante porque quando chegaram, em outubro de 2021, existiam 56 funcionários na higiene urbana e agora existiam 69, mais 13. Tinham vindo a fazer esse esforço. -----

----- Uma das propostas, e não tinha problema nenhum em admitir, foi feita pela CDU em tempos, não lembrava se em 2024, mais 10 assistentes operacionais no Mapa de Pessoal e, portanto, tinham vindo a fazer esse aumento com o aumento das condições. --

----- Tinham feito várias intervenções nos equipamentos da higiene urbana, fizeram mais um balneário feminino, colocaram ar-condicionado nos balneários que não tinham ar-condicionado, fizeram pinturas das instalações, vinham a adquirir equipamentos para tornar as funções mais leves e os trabalhadores conseguirem ser mais produtivos e também na revisão orçamental tinham previsto mais equipamentos e mais investimento nessa área, nomeadamente a aquisição de mais uma carrinha que seria fundamental devido a esse aumento do número de trabalhadores. -----

----- Também necessitavam naturalmente de mais meios de transporte. Fizeram as locações operacionais de duas varredoras, uma ligeira e uma pesada, também para facilitar a limpeza dos arruamentos e, portanto, tinham vindo a investir. O investimento não podia ser feito todo de uma só vez e estava previsto na revisão orçamental também um investimento de 300 mil euros no novo autocarro que ia permitir dar maior resposta nas áreas da educação, principalmente aos jovens, aos pedidos das escolas. Com esse investimento ia naturalmente reduzir, não a 100%, mas reduzir o aluguer de autocarros



que, como sabiam, estava a preços incomportáveis nesse momento e, portanto, seria mais uma ferramenta e mais um equipamento ou um veículo que seria fundamental para dar resposta às solicitações que a Junta de Freguesia tinha vindo a ter por parte das forças vivas da Freguesia.-----

----- Também agradecer a todos os funcionários da Junta de Freguesia a preparação da documentação, tal como o Senhor Tesoureiro já disse. Implementaram com a ajuda de grande parte ou de quase todos os trabalhadores da sede da Junta de Freguesia um novo sistema, um novo software, o GES Autarquias, que ia permitir ganhar eficiência operacional. Obviamente que a sua implementação era sempre dura, custava muitas horas de trabalho e muitas horas de sono aos colaboradores. -----

----- Havia vários módulos, iam implementando módulo a módulo, mas na área do licenciamento, na área das finanças, na área dos recursos humanos, estavam notando também já ganhos operacionais e de eficiência operacional bastante grande, facilitando a vida aos trabalhadores e prestando o melhor serviço e tendo eles mais disponibilidade para fazerem outras tarefas e pensarem em modelos novos de trabalho. -----

----- Isso era muito relevante, foi uma boa surpresa, no licenciamento também ia permitir que a Junta controlasse melhor e de forma mais efetiva o espaço público, até indo de encontro também àquilo que o PAN apresentou ali e que cobria efetivamente o espaço que era ocupado a tempos e horas de forma mais célere, com notificações automáticas e com isso ia dar maior capacidade de investimento para trabalhar em prol daqueles que visitavam e trabalham na Freguesia. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Tesoureiro.-----

----- O **Senhor Tesoureiro do Executivo** disse que começava pela intervenção do Membro Ricardo Varela porque pareceu, pelo menos tinha sentido dessa forma, uma intervenção responsável e mais cuidada, admitindo naturalmente que nem tudo era fácil de leitura. -----

----- Dizer também, e sabia que o Membro Francisco Costa não ia ficar aborrecido consigo, quando prepararam o Orçamento de 2026 revelou algumas dificuldades que agora não revelou, embora naturalmente fosse preciso, como sempre, mais tempo. Estavam ali a falar do Orçamento de 2026 e muitos dos comentários que fez eram sobre o Orçamento de 2025, com base na prestação de contas, mas não estavam ali a aprovar o ajuste do Orçamento de 2026. -----

----- Havia uma coisa que o Membro Ricardo Varela de alguma forma tentou transmitir. Esse trabalho e esses documentos eram efetivamente muito técnicos e não revelavam assim no imediato se a saúde financeira da Junta era boa ou não. Ou seja, parecia-lhe um bocadinho não ter bases suficientes com isso que estava ali, que era um documento técnico que revelava os ajustes que tiveram que fazer, a reorganização das contas por não terem recebido determinados dinheiros, etc, o facto de não ter recebido significava que obrigou também a ajustar depois outras parcelas, tanto na receita como na despesa, que podia parecer que havia uma diminuição ou uma desvalorização daquilo que já foi feito no passado com aquilo que era feito agora, mas não era bem assim. -----

----- Os valores da receita e da despesa, como todos sabiam, tinham que bater um com o outro e, portanto, obrigava ali a fazer esse trabalho mais técnico. Esse trabalho não elucidava de todo a saúde financeira da Junta. -----

----- No primeiro mandato, quando tomaram posse e isso não era uma crítica, era unicamente para mostrar a evolução que tiveram nesses quatro ou cinco anos, em outubro de 2021, quando tomaram posse no primeiro mandato houve 600 mil euros em faturas que teve que se fazer ali um corte, porque houve uma mudança de Executivo, houve 600 mil euros de faturas que passaram do exercício anterior para o novo exercício. Tudo bem, estavam em outubro, as coisas a trabalhar. Em 31 de dezembro de

2025 chegaram ao final do ano civil com cerca de 103 mil euros em faturas por pagar. Isso era revelador da forma como as coisas estavam mais operacionais, estavam mais afinadas a todos os níveis. -----

----- Podia dar outro exemplo, um exemplo que se falava muito, que eram os apoios financeiros. Nos primeiros anos os orçamentos eram construídos com base naquilo que foi o efetuado no ano anterior. No desporto concediam X, iam de alguma forma colocar para o ano seguinte um valor similar. Na cultura apoiavam Y, iam colocar um valor similar. Fizeram um evento, iam nos mesmos eventos do ano a seguir colocar valores similares. -----

----- Nesse momento por exemplo no desporto, da sua responsabilidade e tinha isso muito presente, fizeram recentemente para todos os clubes da Freguesia que solicitaram apoios financeiros nos últimos anos... se calhar ia surpreender, mas podia dizer que grande parte dos clubes solicitavam os apoios de ano para ano, mas não terminavam o envio dos relatórios dos anos anteriores. O que significava? Que os apoios eram feitos em três tranches, enquanto na primeira o grosso do apoio de 60% era logo dado na altura da assinatura do contrato de programa, acontecia que esse ano de 2026 tomaram a iniciativa de relançar todos os clubes desportivos da Freguesia que tinham pendentes o recebimento das últimas tranches dos apoios de 23, 24 e 25. -----

----- Eram vários, porque na atividade normal do clube as coisas caíam em algum esquecimento. Para a Junta poder pagar as últimas tranches precisavam de um relatório, era o que estava no regulamento da atribuição dos apoios financeiros e isso entroncava noutro aspeto. A atribuição dos apoios financeiros na área do desporto, da cultura e dos serviços sociais era feita, nomeadamente no desporto, com base num regulamento de atribuição de apoios financeiros. Era algo objetivo, não era subjetivo. Com a sua responsabilidade no desporto não decidia que para esse clube iam apoiar em 5.000 euros, aquele que ficava ali mais naquela zona iam apoiar em tanto, não era assim. -----

----- Como isso funcionava? Era muito simples. Se calhar não era muito simples para os clubes, porque para poder ambicionar a um apoio maior tinham que fazer chegar à Junta de Freguesia uma quantidade considerável de informações e documentos, nomeadamente número de atletas, números de atletas federados, número de atletas segurados, número de treinadores, quais os currículos dos treinadores, se eram treinadores certificados, se não eram treinadores certificados. Tudo isso contava para a atribuição. -----

----- Tinha mais coisas para dizer, mas só queria referir uma última coisa. Durante quatro anos ouvia as forças políticas diferentes daquela que esse Executivo representava falar nos assessores financeiros e nas prestações de serviços. Dizer que ali nesse dia ninguém falou dos assessores financeiros e prestações de serviços. Fantástico, era mais um sinal de um trabalho que faziam. Assessores não tinham, prestadores de serviços tinham na Universidade Briosos de Alvalade, nos professores das oficinas desportivas, nos professores do 18+. Tinham alguns prestadores de serviços em algumas áreas dos serviços centrais, nomeadamente no desporto e no gabinete jurídico, porque precisavam muito de resposta nessas áreas e eram pessoas que estavam há algum tempo. -----

----- Parecia-lhe importante porque nisso da política, quando não se era de outra cor ia-se para se falar mal, mas havia coisas também para se falar bem. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 104/2026, relativa aos documentos de prestação de contas do ano de 2025**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e IL) e 5 abstenções (CDU, Livre, BE e PAN) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----



----- Submeteu à votação a **Proposta n.º 105/2026, relativa à 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 14 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP e IL) e 5 abstenções (CDU, Livre, BE e PAN) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Proposta n.º 94/2026, relativa à 1.ª Alteração do Mapa de Pessoal dos serviços da Freguesia**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (PSD, PS, CDS-PP, CDU e IL) e 3 abstenções (Livre, BE e PAN) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Continuando, disse que dado o adiantado da hora, ia suspender os trabalhos e combinar a continuação da presente Assembleia numa segunda Reunião. Tinha uma proposta do Executivo para ser dia 7 de maio, que achava que condizia com alguns pedidos que já lhe tinham sido feitos. Pedia que vissem se podiam dia 7 de maio e, se assim fosse, fariam a continuação da sessão para os restantes pontos da ordem de trabalho na quinta-feira dia 7 de maio. Vendo acordo, seguiria a convocatória. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Membro Francisco Costa, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Francisco Costa (Livre)**, disse que tinham tido vinte documentos para o PAOD desta Assembleia de Freguesia e não foram discutidos todos os documentos que estavam agendados. Sabiam que já tinham mais oito para a próxima e, para não a sobrecarregar, perguntava se no tempo sobranste, porque eram poucos pontos ainda a discutir no POD, se poderiam discutir, apresentar e desejavelmente votar os documentos em falta. -----

----- Sabia que não estava previsto regimentalmente, mas por uma eficácia de tempo, de aproveitarem bem o tempo para fazer a apresentação dos documentos do PAOD que ficaram por apresentar. Deixava à consideração. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** disse que votar esses documentos não podia legalmente ser, mas tinham o período de pedido de informações ao Senhor Presidente da Junta e podiam com certeza abordar esses assuntos, se assim o entendessem, mas apenas no próximo PAOD poderiam votar essas moções, recomendações e votos que foram agora adiados por falta de tempo. Também estava perto esse momento, pois a próxima sessão era logo em junho. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e dez minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e seis -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----

